

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EMERSON FERNANDES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESPANHOL APÓS A
ENTRADA NA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA**

Porto Alegre

2019

EMERSON FERNANDES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESPANHOL APÓS A
ENTRADA NA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Peruffo

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Emerson
Análise do desenvolvimento econômico espanhol após a
entrada na união monetária espanhola / Emerson
Fernandes. -- 2019.
61 f.
Orientadora: Luiza Peruffo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Espanha. 2. Europa. 3. Teoria Áreas Monetárias
Ótimas . 4. União Monetária Europeia. I. Peruffo,
Luiza, orient. II. Título.

EMERSON FERNANDES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESPANHOL APÓS A ENTRADA
NA UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Luiza Peruffo – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. André Moreira Cunha
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

A Deus e à minha mãe, Leoni Isolete Fernandes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque sem ele não somos nada. Agradeço a meus familiares, em especial a minha mãe que sempre fez tudo por mim, sem ela nada disso teria sido possível, e pôr fim a meus amigos.

Agradeço a minha orientadora Professora Dra. Luiza Peruffo, que foi sempre amável e solícita comigo e que me ajudou muito, sem ela não teria conseguido fazer esta monografia. Por último agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tanto pelos servidores pelos setores onde fiz bolsas, quanto pelos professores. E por ser essa universidade de excelência e ter me propiciado tanto conhecimento.

RESUMO

Tanto a Europa em seu processo de integração, quanto a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas tiveram seu desenvolvimento na segunda metade do século XX. Tal processo de integração europeu acabou em um experimento novo na história econômica, a criação de uma União Econômica e Monetária. A teoria mostra, por exemplo, que pertencer a um bloco pode gerar enormes ganhos através do comércio. Porém em contrapartida a abdicação da política monetária e cambial por fazer parte de um bloco como esse, pode acabar vindo ser bem oneroso. Este trabalho tem como objetivo analisar se a entrada da Espanha na União Monetária Europeia trouxe mais benefícios ou custos do ponto de vista econômico usando como referencial a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas. A Espanha passou por dois momentos desde sua entrada na zona do euro, a etapa de expansão e a etapa de crise e recuperação, ambas as etapas serão analisadas utilizando a teoria de integração para ver como foi o desempenho econômico sob o regime de moeda única.

Palavras-chave: Espanha. Europa. Teoria das Áreas Monetárias Ótimas. União Monetária Europeia.

RESUMEN

Tanto la Europa en su proceso de integración, como la Teoría de las Áreas Monetarias Óptimas tuvieron su desarrollo en la segunda mitad del siglo XX. Este proceso de integración europeo acabó en un nuevo experimento en la historia económica, la creación de una Unión Económica y Monetaria. La teoría muestra, por ejemplo, que pertenecer a un bloque puede generar enormes ganancias a través del comercio. Pero en contrapartida la abdicación de la política monetaria y cambiaria por formar parte de un bloque como ese, puede llegar a ser muy costoso. Este trabajo tiene como objetivo analizar si la entrada de España en la Unión Monetaria Europea aportó más beneficios o costos desde el punto de vista económico usando como referencial la Teoría de las Áreas Monetarias óptimas. España pasó por dos momentos desde su entrada en la zona del euro, la etapa de expansión y la etapa de crisis y recuperación, ambas etapas serán analizadas utilizando la teoría de integración para ver cómo fue el desempeño económico bajo el régimen de moneda única.

Palabras clave: España. Europa. Teoría de las Áreas Monetarias Óptimas. Unión Monetaria Europea.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Custo unitário do trabalho	23
Gráfico 2 - Taxa de juros de longo prazo, título de 10 anos.	40
Gráfico 3 - Balança comercial de bens e serviços, dólares.	42
Gráfico 4 - Taxa de inflação: Espanha e Alemanha	43
Gráfico 5 - Evolução da produtividade total dos fatores (PTF). 1995-2017. 1995=100	44
Gráfico 6 - Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em % do PIB	44
Gráfico 7 - Taxa de Desemprego na Espanha (1996-2018)	48
Gráfico 8 – Entrada de Investimento Externo Direto (IED) em bilhões de Euros	49
Gráfico 9 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) % do PIB	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMO	– Área Monetária Ótima
BP	– Balança de Pagamentos
BC	– Banco Central
BCE	– Banco Central Europeu
BEI	– Banco Europeu de Investimento
BK	– Bens de Capital
CEE	– Comunidade Económica Europeia
CED	– Comunidade Europeia de Defesa
CECA	– Comunidade Europeia do Carvão e Aço
CUT	– Custo Unitário do Trabalho
FEEF	– Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
FBCF	– Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	– Fundo Monetário Internacional
INE	– Instituto Nacional de Estatística
INI	– Instituto Nacional de Indústria
IED	– Investimento Externo Direto
MEDE	– Mecanismo Europeu de Estabilidade
MEEF	– Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
NAFTA	– North American Free Trade Agreement
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
P&D	– Pesquisa e Desenvolvimento
PIB PPC	– PIB por Paridade do Poder de Compra
PTF	– Produtividade Total dos Fatores
PIB	– Produto Interno Bruto
SEBC	– Sistema Europeu de Banco Centrais
SME	– Sistema Monetário Europeu
TAMO	– Teoria das Áreas Monetárias Ótimas

UME – União Monetária Europeia

UE – União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 EUROPA E TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS: REALIDADE E TEORIA	14
2.1 A TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS (TAMO)	14
2.2 MOTIVAÇÕES DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA: BENEFÍCIOS E CUSTOS.....	18
2.2.1 Benefícios.....	18
2.2.2 Custos	20
2.3 A UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA (UME)	22
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
3 EUROPA E ESPANHA: TRAJETÓRIA ATÉ A UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA (1945-1999)	26
3.1 EUROPA	26
3.1.1 Pós-guerra da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à Comunidade Econômica Europeia (CEE)	26
3.1.2 Tratado de Maastricht e implementação do Euro como moeda.....	29
3.2 ESPANHA	30
3.2.1 Espanha pós-guerra.....	31
3.2.2 Plano de Estabilização, crise dos anos 1970 e os Pactos da Moncloa.....	32
3.2.3 Adesão à Comunidade Europeia (CE) e Tratado de Maastricht	34
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
4 ESPANHA PÓS UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA SOB A LUZ DA TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS	37
4.1 ESPANHA PÓS MOEDA ÚNICA (1999-2007).....	38
4.1.1 Os desequilíbrios macroeconômicos (vícios da matriz produtiva)	41
4.2 IMPACTO DA CRISE E CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA ESPANHOLA (2008 – 2017).....	45
4.3 UMA ANÁLISE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS (1996-2017).....	47
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Há uma extensa literatura internacional sobre união monetária e integração econômica. Artigos como os de Mundell (1961), Kenen (1969) e Eichengreen (1990) são trabalhos conhecidos sobre o tema, mas essa literatura principalmente quando debate este assunto usa como exemplo as economias centrais e não as economias periféricas. Aqui, pode-se dizer que em relação ao mundo a Espanha é uma economia central, contudo dentre essas, ela é considerada periférica. Então esse estudo tem um componente de tentar analisar essa economia em específico, mas nada impede que se outras economias tiverem características parecidas com a espanhola que ele não possa ser usado como fonte de referência.

O presente trabalho falará sobre o desenvolvimento da economia espanhola nas últimas décadas dando especial atenção ao período que se seguiu à entrada da Espanha na União Monetária Europeia (UME) em 1999 até 2017, e tentar compreender os ônus e bônus dessa integração sempre sob a luz das Teorias das Áreas Monetárias Ótimas (TAMO).

O período que será analisado com maior profundidade será a princípio dividido em duas etapas, sendo a primeira desde sua entrada na UME até o começo da crise do subprime, 1999-2007, e a segunda etapa é compreendida pelo período de 2008-2018, fase de crise e retomada do crescimento econômico.

O objetivo geral desta monografia é ver qual foi o papel que a adoção do euro como moeda teve para o desenvolvimento econômico espanhol, logo após a sua adesão ao regime de moeda única. E, também, ver se tal adoção teve alguma influência na crise que ocorreu na Espanha a partir de 2008. A hipótese primária seria de que a moeda única influenciou, mas não foi determinante.

O primeiro objetivo específico é analisar como o regime de moeda única influenciou o crescimento, dado que atraiu intenso fluxo de capitais provindos de outras economias mais desenvolvidas, especialmente da Alemanha, a procura de mercado para seus capitais. Um ponto importante a se ressaltar é de que o crescimento já vinha ocorrendo antes da entrada na União Monetária Europeia, porém agora ele aconteceria com maior intensidade.

O segundo objetivo específico da monografia é analisar como o regime de moeda única influenciou a crise. Agora a Espanha perdeu a capacidade soberana de conduzir sua própria política monetária de acordo com o exclusivo interesse do Reino de Espanha, a política monetária é uniforme para todos os países do bloco, onde o Banco Central Europeu (BCE), uma entidade supranacional, é que regula essas políticas.

Um terceiro objetivo específico é verificar se a matriz produtiva espanhola é o principal motivo da longa crise. Ao longo do período de expansão a economia estava crescendo, porém, certos desequilíbrios econômicos estavam começando a se acumular o que faria a economia passar por um processo de ajuste. Será analisado como tais vícios afetaram a economia espanhola.

A presente monografia possui cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo apresenta as características da TAMO apresentada por Mundell (1961) e as contribuições posteriores que diversos economistas vêm dando ao longo dos anos, além de mostrar como ela se relaciona com o projeto europeu de integração. No terceiro capítulo, apresenta-se a história de como a Europa fez o processo de integração que culminou na UME e quais foram os principais acontecimentos relacionados a tal processo. A história espanhola também é analisada, vendo como ela sai de uma posição de isolamento político quase completo após a Segunda Guerra, para ser uma grande apoiadora da integração europeia. No quarto capítulo serão analisados sob um olhar das teorias de integração os benefícios e as vantagens que a Espanha desfrutou no contexto de fazer parte da UME, para isso serão analisados alguns indicadores macroeconômicos, como IED, taxa de juros e inflação. No último capítulo constam as considerações finais.

2 EUROPA E TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS: REALIDADE E TEORIA

Neste capítulo será apresentada a Teoria de Áreas Monetárias Ótimas (TAMO), originalmente proposta por Robert Mundell (1961) e posteriormente refinada por Ronald McKinnon (1963) e Peter Kenen (1969). As etapas do processo de integração proposto por Bela-Balassa (1961) também serão analisadas. A TAMO de Mundell trata sobre as características que certa região econômica teria que ter para que esta fosse considerada uma área monetária ótima (AMO), onde um desequilíbrio em algum setor fosse compensado por “outro desequilíbrio” o que traria estabilidade a essa região integrada.

Há algum tempo, a literatura em geral vêm questionando a ideia de que a União Monetária Europeia seria uma AMO, dado que os frequentes desequilíbrios que vêm ocorrendo não estão sendo compensados. A baixa mobilidade de mão de obra que se encontra na UME é uma das características que vai contra a ideia de Mundell sobre uma área monetária ótima, dado que por estudos econômicos a mobilidade de mão de obra e comércio entre regiões de um mesmo país são muito maiores que intra-países, o que acaba por tornar a UME ineficiente.

O capítulo terá uma seção onde será exposto a origem da TAMO, suas características e o amadurecimento das questões teóricas ao longo dos anos, com as posteriores contribuições de autores como: Eichengreen (1992), Tavlas (1994), Frankel e Rose (1998).

Uma seção teórica sobre os principais benefícios e custos de pertencer a uma AMO e o caso específico da relação entre Europa e a TAMO, avaliando se a Europa possui as características que são consideradas necessárias. A última seção é para as considerações finais.

2.1 A TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS (TAMO)

O desenvolvimento da TAMO surgiu com Robert Mundell em um artigo escrito em 1961, sendo complementada por autores como McKinnon (1963) e Kenen (1969). Esses autores são considerados os clássicos sobre AMO, a “early OCA theory”. Nos anos 1990 houve um reinteresse acerca do tema, com autores como Frankel e Rose (1998) desenvolvendo novos conceitos sobre a teoria, a chamada “new OCA theory”, ajudando assim a compreender as novas dinâmicas da economia internacional.

O desenvolvimento da TAMO andou em paralelo com a proposta de uma união europeia, ambas foram se desenvolvendo conjuntamente, sendo os estudos desses autores clássicos utilizados como arcabouço teórico para implementação de uma UE cada vez mais

integrada e por sua vez a UE serviu como laboratório para a averiguação de tais teorias. Ao longo desse tempo se criaram outros acordos regionais como o NAFTA e o MERCOSUL, mas certamente a UME é para onde os olhos se voltam quando discutimos esse assunto, até porque ainda é apenas ela que tem a experiência de moeda única.

A integração econômica através de acordos comerciais regionais segundo a literatura especializada normalmente é dividida em cinco etapas: área de livre-comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica (ou monetária) e união política (veja por exemplo Balassa, 1961).

Uma área de livre comércio é definida por Balassa (1961, p. 9) como uma área na qual “os direitos, e as restrições quantitativas, entre os países participantes são abolidos, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros”. O NAFTA (North American Free Trade Agreement) é um exemplo desta etapa de integração. O Benelux é um exemplo de tratado firmado para a criação de uma União Aduaneira, assinado em 1948 por Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

A União Aduaneira é um estágio posterior, nessa fase além dos países participantes eliminarem todas as restrições comerciais e tarifas entre si, agora eles passam a utilizar restrições iguais para países que não fazem parte da união. (CARBAUGH, 2004).

O Mercado Comum segundo, Amado e Mollo (2004) e Balassa (1961) tem um grau maior de integração do que as fases anteriores e tem como características não só a supressão de barreiras comerciais e tarifárias, mas também a eliminação de entraves sobre a livre circulação de bens e serviços e de fatores de produção (mão de obra, capital) entre os países participantes.

A União Econômica, o quarto estágio, é claramente o mais complicado, Robert Carbaugh define essa dificuldade:

Isso ocorre porque uma área de livre comércio, união aduaneira ou mercado comum, resulta principalmente de abolição de barreiras comerciais existentes, mas uma união econômica requer um acordo para transferir a soberania econômica a uma autoridade supranacional (CARBAUGH, 2004, p. 292).

A União Europeia é um exemplo desta quarta fase de integração econômica. A última fase por assim dizer seria a de uma União Política, onde os membros teriam uma política comum.

Após o fim da Segunda Guerra vigoravam os acordos de Bretton Woods, onde foi definido que a moeda nas transações internacionais seria o dólar, e que os países manteriam um sistema de câmbio fixo com uma paridade definida em relação a ele. Nesse contexto Mundell presenciou a discussão sobre os efeitos do então sistema cambial de Bretton Woods e como os

tipos de câmbio poderiam ser usados como ferramenta para estabilidade econômica (HURTADO-BRICEÑO, 2015).

Em seu artigo ele tenta buscar qual seria o melhor tipo de câmbio para corrigir as frequentes crises na balança de pagamentos dos países. Mundell adverte que a sugestão mais frequente, uma taxa de câmbio flexível, defendida por economistas como Milton Friedman, talvez não fosse a mais adequada.

Mundell via o problema de outra forma e define uma área monetária ótima como um território onde dentro dele os tipos de câmbio são fixos, mas que podem flutuar em relação ao resto do mundo. Para ele e posteriormente McKinnon (1963) e Kenen (1969) essa área geográfica definida como ótima teria que ter uma série de características para se beneficiar de taxas de câmbio fixas ou de uma união monetária. (BROWN, 2018). As principais seriam: mobilidade de fatores; grau de abertura econômica; diversificação da produção; integração financeira e integração fiscal, que são discutidas a seguir.

Mundell (1961) nos diz que a mobilidade de fatores, incluindo trabalho, é um dos fatores essenciais para uma região ser considerada uma AMO, pois através dessa mobilidade poderia se corrigir choques assimétricos na região. Mongelli (2008) fala que essa mobilidade, no entanto pode ser limitada no curto prazo, principalmente a de trabalho, devido a seus altos custos, mas que no médio e longo prazo essa mobilidade pode aumentar e assim facilitar o ajuste aos choques. Ainda no contexto de mobilidade de fatores a flexibilidade de preços e salários também atua como mecanismo de correção, dado que quanto mais flexíveis forem, melhor eles podem corrigir os desequilíbrios externos e ajudar a atenuar o desemprego e a inflação.

McKinnon (1963) diz que o grau de abertura econômica é uma característica que uma AMO deve possuir, pois quanto maior for a abertura da economia ao mundo mais ela absorverá os preços do mercado internacional e assim se torna menos suscetível a choques assimétricos, de outra forma, quanto mais aberta for a economia menor é o poder da política de ajuste cambial para valorizar ou desvalorizar a moeda, evitando assim as distorções nos preços relativos. Ainda segundo o autor o grau de abertura de uma economia pode ser medido pela relação entre bens transacionáveis e bens não-transacionáveis. De acordo com Mongelli (2008) esse grau de abertura precisa ser mensurado em distintas escalas como: (I) grau de abertura com os países que se pretende ter uma moeda única conjuntamente, (II) grau de abertura com o mundo.

Kenen (1969) mostra que quanto mais diversificada for a matriz produtiva de uma AMO melhor ela responderá a possíveis choques externos que possam afetar um de seus setores. Uma analogia para essa característica seria “carteira de investimentos variada”, quando se faz uma

carteira de investimento, normalmente se investe em variadas empresas, pois caso uma delas tenha prejuízo, o prejuízo é diminuto dada a totalidade da mesma.

Para Ingram (1962) a integração financeira entre os países ajuda a reduzir a necessidade de ajustes na taxa de câmbio. O alto grau de integração pode fazer com que os fluxos de capitais dos países em melhores condições fluam para os países que necessitam destes. Amado e Mollo (2004) destacam que a visão convencional sobre integração monetária entende que os fluxos de capitais iriam dos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos, onde os rendimentos pelos juros são maiores devido ao maior campo de investimentos.

Kenen (1969) fala de transferências fiscais de uma região para outra, a mesma linha de pensamento da integração financeira, pois um “federalismo fiscal” ajudaria a corrigir desequilíbrios que por ventura possam acometer uma região. Essas transferências de recursos atuariam como mecanismos de estabilização.

Nos anos 1990 Frankel e Rose (1998)² propuseram em seu artigo que os membros de uma união monetária, talvez cumprissem os critérios de uma AMO de forma ex-post, de uma forma endógena, e não ex-ante como até então era o pensamento geral. Após a integração o comércio entre os países participantes da união monetária aumentaria e os ciclos econômicos convergiriam. Essa suposição deu um novo interesse a teoria das integrações monetárias, pois em paralelo a União Europeia estava em vias de efetivamente se tornar uma União Econômica e Monetária.

Ao longo dos anos, a Teoria de Áreas Monetárias Ótimas sofreu diversas críticas e ataques por parte de economistas. Mongelli (2008) nos mostra que normalmente essas críticas são atribuídas principalmente a impossibilidade de mensuração de vários critérios das AMO, sendo elas mais nexos lógicos do que conclusões. Utilizando o argumento de Tavlas (1994) sobre problemas de inconsistência, Mongelli nos dá um exemplo de como as características das AMO podem ser ambíguas.

For example, small economies, which are generally more open, should preferably adopt a fixed exchange rate, or even integrate monetarily, with their main partners following the openness property. However, the same small economies are more likely to be less differentiated in production than larger ones. In this case they would be better candidates for flexible exchange rates according to the diversification in production property (MONGELLI, 2008, p.4).³

² Frankel e Rose (1998) escrevem em seu artigo: “A country could fail the OCA criteria for membership today, and yet, if it goes ahead and joins anyway, could, as the result of joining, satisfy the OCA criteria in the future”. “Um país pode falhar nos critérios de adesão de uma OCA hoje, e ainda, se for adiante e se unir de qualquer jeito, poderá como resultado de sua adesão, satisfazer os critérios da OCA no futuro” (Tradução nossa).

³ “Por exemplo, economias pequenas, que geralmente são mais abertas, devem preferencialmente adotar uma taxa de câmbio fixa, ou mesmo se integrar monetariamente, com seus principais parceiros seguindo a propriedade de abertura. No entanto, as mesmas economias pequenas são mais pensadas a serem menos diferenciadas na

O andamento da integração monetária é um processo e o mesmo tem suas características, sendo que a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas e suas contribuições posteriores foram e são usadas como ferramental teórico para analisar tanto os pré-requisitos, como benefícios e vantagens.

2.2 MOTIVAÇÕES DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA: BENEFÍCIOS E CUSTOS

Uma das maneiras de ver se a integração econômica é desejável para um país seria verificar se ocorre um aumento do bem-estar geral da nação. Pela ótica econômica, o bem-estar pode ser entendido como uma maior comodidade e satisfação do agregado econômico.

Em macroeconomia o agregado macroeconômico é conhecido, genericamente, como a soma dos índices de mensuração da economia. Sendo os principais a renda, o produto e a despesa.

A etapa do processo de integração econômica, conhecida como União Monetária, é um processo custoso e desgastante, uma maneira de mensurar se a adoção de uma moeda única é eficaz para um país seria fazer uma análise dos seus custos e benefícios. Segundo Brown (2018) desde os trabalhos de Mundell (1973), Corden (1972) e Ishiyama (1975) a avaliação de pertencer a uma união monetária tem sua determinação usando os aspectos microeconômicos para os benefícios e sobre a perspectiva dos custos são levados em conta os aspectos macroeconômicos.

2.2.1 Benefícios

A bibliografia existente aborda as vantagens de se adotar uma moeda única e elege uma série de fatores que beneficiariam um país, sendo os principais: a) ganhos diretos e indiretos pela eliminação dos custos de conversão das moedas; b) ganhos de bem-estar pela redução da incerteza; c) eliminação de flutuações na taxa de câmbio e ganhos de comércio; d) senhoriagem e estímulo ao mercado de capitais; e) credibilidade. Estes benefícios são discutidos a seguir.

Brown (2018) mostra que os ganhos diretos e indiretos advêm da teoria de Ronald Coase⁵ pois eliminando os custos de transação o produto se torna mais barato e

produção do que as maiores. Neste caso, elas seriam melhores candidatas para taxas de câmbio flexíveis de acordo com a diversificação na propriedade de produção” (Tradução nossa).

⁵ Ronald Coase escreveu em 1937 um artigo sobre os custos de transação: *The nature of the firm*.

consequentemente mais acessível para o consumidor final além de evitar as discriminações de preços no mercado nacional. Neste mesmo raciocínio, uma maior transparência de preços ajuda produtores e consumidores a comparar os valores e terem maior clareza sobre o que realmente estão pagando.

De acordo com o Relatório Delors de 1989, sobre a possível adoção de uma moeda única, essas características foram levadas em conta, como consta no item 26 do estudo.

The creation of a single currency area would add to the potential benefits of an enlarged economic area because it would remove intra-Community exchange rate uncertainties and reduce transactions costs, eliminate exchange rate variability and reduce the susceptibility of the Community to external shocks (DELORS, 1989).⁶

Pela teoria do consumidor, lembrando que os benefícios normalmente são avaliados pelo viés microeconômico, na média os agentes econômicos têm aversão ao risco.⁷ Com a adoção de uma moeda única a flutuação cambial acaba, assim com a eliminação da mesma desaparece uma importante fonte de incerteza e estimula-se o comércio e o investimento.

Assim como a moeda única ajuda a diminuir os custos de transações envolvendo a conversão de moedas, ela também estimula o comércio internacional. Para Coté (1994) no geral se tem mais estudos corroborando a premissa de que uma maior volatilidade da taxa de câmbio ajuda a diminuir o comércio internacional, dado que a incerteza cambial pode afetar o nível de comércio.

A incerteza cambial afeta os agentes econômicos dado que há incerteza de preços, pois estes podem mudar rapidamente. Pela teoria das expectativas racionais⁸ os agentes econômicos tomam suas decisões de acordo com a informação disponível, em um sistema onde há volatilidade cambial isso gera incerteza sobre o nível de preços no futuro, aliado a uma aversão ao risco isso levaria os agentes a não transacionar o que deprime o comércio e o bem-estar geral.

Brown (2018) define a senhoriagem e o estímulo ao mercado de capitais como benefício porque a após a introdução de uma moeda única em um bloco econômico esta pode ser usada como meio de pagamento fora do bloco, o que acaba propiciando vantagem no que tange aos benefícios adicionais da emissão de moeda. O benefício de estímulo ao mercado de capitais acontece porque quando, digamos o Euro, uma moeda forte, se torna um meio de pagamento

⁶ “A criação de uma área de moeda única contribuiria para os potenciais benefícios de um espaço econômico maior, porque eliminaria as incertezas da taxa de câmbio intracomunitária e reduziria os custos de transação, eliminaria a volatilidade cambial e reduziria a suscetibilidade da Comunidade a choques externos” (Tradução nossa).

⁷ Pindyck e Rubinfeld (2006) escrevem sobre a Teoria do consumidor e as escolhas sobre incertezas.

⁸ A teoria das expectativas racionais foi desenvolvida por Robert Emerson Lucas em 1969 em seu artigo *Real wages, employment, and inflation* e se tornou um marco da economia.

nos mercados internacionais isso estimula o sistema bancário do bloco, agora estes podem investir no exterior e emitir a dívida correspondente em Euros.

Finalmente, Tavlas (1993) no seu estudo mostra que países que têm uma tradição de uma forte inflação apenas conseguem credibilidade perante os mercados depois de passar por um longo e complicado período de ajuste, sendo que os políticos locais pensando nas eleições possam não querer fazer esse tipo de ajuste, pois eles normalmente não são bem vistos pelo eleitor médio. Assim um país que tem histórico de inflação seria beneficiado ao juntar-se com um país que tem histórico de baixa inflação.

A teoria onde um país com alta inflação é beneficiado ao transferir suas decisões para um banco central ortodoxo em relação à inflação é descrita por Rogoff (1985). De acordo com Krugman e Obstfeld (2010) os países do sul da Europa, como a Espanha e Itália, claramente ganharam credibilidade ao fixar as taxas de câmbio ainda no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME)¹⁰, pois importaram a credibilidade do Bundesbank com larga história de oposição a altas inflacionárias.

2.2.2 Custos

Por outro lado, unir-se monetariamente implica em certos custos para a política econômica de um país, as maiores implicações dos custos são ponderadas pelo enfoque macroeconômico, sendo as principais a) perda do câmbio como mecanismo de ajuste; b) perda da soberania monetária; c) ciclos econômicos diferentes e choques externos, que são discutidos a seguir.

Mudanças na taxa de câmbio podem corrigir temporariamente os choques na demanda agregada que uma economia venha a sofrer e com isso pode equilibrar novamente sua balança de pagamentos. Esse era um argumento a favor das taxas de câmbio flutuantes à época, cabe lembrar que, nos anos da apresentação desses argumentos sobre os custos de pertencer a uma união monetária, vigorava o sistema de paridade cambial de Bretton Woods.

Esse custo em específico atualmente não é tido mais como válido por alguns autores, Krugman e Obstfeld (2010) e Brown (2018) argumentam que com a liberalização dos mercados internacionais de capitais, o câmbio como estabilizador automático perdeu sua capacidade de estabilização, outro ponto é que esses autores consideram a moeda como neutra no longo prazo,

¹⁰ O Sistema Monetário Europeu (SME) foi criado em 1979 para dar estabilidade cambial aos países pertencentes ao bloco, reduzir a inflação e preparar mediante cooperação a união monetária europeia. (Banco de Espanha).

logo, mudanças na taxa de câmbio afetam somente os preços nominais, mas não os reais, pois no longo prazo os preços serão reajustados de acordo com a oferta de moeda.

Ao delegar sua política econômica a um órgão supranacional, o país perde um dos mais importantes mecanismos que ele dispõe: a capacidade de fazer política monetária (MUNDELL, 1961). Para ilustrar essa perda podemos usar como exemplo um país que, digamos, tenha um aumento na taxa de desemprego, o Banco Central (BC) desse país normalmente teria uma tendência a expandir a base monetária para diminuir o desemprego, agora ele não pode mais, visto que ele perdeu autonomia. Outro fator interligado à essa perda é que o nível da taxa de juros agora é determinado pela totalidade do bloco e não apenas de um país em questão, logo esse país pode não ter a taxa de juros que lhe seja mais vantajosa.

Para Eichengreen (1990) e Bayoumi e Eichengreen (1992) pode ser prejudicial a um país entrar em uma união monetária se esse país tem um ciclo econômico diferente dos demais. Uma ilustração seria onde a Espanha está passando por um momento de expansão e com forte crescimento do PIB, mas a união monetária está em uma fase de estagnação, neste caso é prejudicial para ela fazer parte de uma união monetária, pois as políticas monetárias que se tem nestes dois ciclos - expansão e estagnação - são opostas.

De forma complementar, os choques externos também podem ser prejudiciais a um país pertencente a uma união monetária. A Alemanha é exportadora de bens de capital enquanto a Espanha é uma importadora desses bens (sendo que os bens de capital são partes importantes na balança de pagamento), um aumento nos custos de produção de Bens de Capitais (BK) será negativo para o país importador que no caso teria uma deterioração na Balança de Pagamentos (BP), logo para corrigir isso ela depreciaria sua moeda para corrigir a BP. Por parte do país exportador um aumento dos custos de BK é ruim porque pressiona os preços para cima, cria inflação e corrói o poder de compra da população.

Se ambos pertencerem a uma união monetária, a Espanha gostaria de desvalorizar sua moeda a fins de corrigir a BP, mas isso levaria a uma alta inflacionária na Alemanha, logo esses desequilíbrios não seriam corrigidos e a depender poderiam até acentuar-se em alguma das áreas.

Agora apenas a vontade isolada da Alemanha ou Espanha, por exemplo, não são levadas em consideração, mas sim a política que for melhor para o bloco econômico. Porém quanto maior o peso econômico que um país tem na composição do bloco, maiores serão as chances da vontade de tal país ser realizada.

De acordo com Carbaugh (2004) os acordos normalmente são assinados por diversas razões: crescimento econômico, maior comércio, atração de Investimento Externo Direto

(IED), isso sem contar as razões que não são propriamente econômicas, para ele na medida que mais acordos são assinados o custo de oportunidade de ficar de fora de um deles aumenta.

A princípio, a TAMO consegue mostrar os custos e benefícios de se integrar economicamente, os benefícios que um país pode conseguir são tangíveis. Contudo a disciplina econômica tem de se fazer presente, as características têm de estar alinhadas (ciclos econômicos, metas, ...) o que em uma união monetária como a UME, composta por uma dezena de países, não é fácil. Nesse contexto, se de um modo geral a conjuntura na qual o bloco está inserido começar a “dar errado”, ou um choque assimétrico muito grave atingir a união monetária, os custos podem se sobrepondo aos benefícios

2.3 A UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA (UME)

Nos últimos 50 anos a Europa vem se integrando economicamente e politicamente, sendo seu auge a união monetária, e com isso vem toda uma gama de opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre o tema. No campo teórico não se tem muitas dúvidas sobre a Europa ser ou não uma Área Monetária Ótima. Ela se adequa a todos os critérios específicos de uma AMO? A resposta é não. Há uma vasta literatura que investiga essa questão, entre os artigos conhecidos sobre o assunto podemos citar Eichengreen (1991), Feldstein (1998) e De Grauwe e Ji (2016).

A União Monetária Europeia não satisfaz todos os critérios de uma AMO, mas isso não quer dizer que ela seja inviável ou um fracasso, ao contrário, ao longo dos anos é nítido o desenvolvimento que a integração produziu. Algumas das condições necessárias para ser uma AMO a Europa tinha e se não tinha passou a ter. O processo para ter essas condições não foi somente ver a literatura de Mundell (1961) e aplicar, mas sim de muito esforço conjunto entre os países e de uma sincera vontade de fazer a mudança acontecer (TORÍBIO, 2011).

Pela literatura quanto mais simétricas forem as economias dos países da união monetária maior será a probabilidade de convergência entre elas, e assim ter uma resposta comum sobre possíveis choques externos que o bloco possa sofrer. Segundo Toríbio (2011) essas assimetrias existentes no bloco e ciclos econômicos diferentes fazem com que sejam necessárias algumas medidas de ajuste “intrabloco”. Destacam-se três alternativas propostas para ajustar a economia ou pelo menos aliviar a pressão dos choques externos: flexibilidade de preços e salários, mobilidade de fatores e orçamento fiscal integrado.

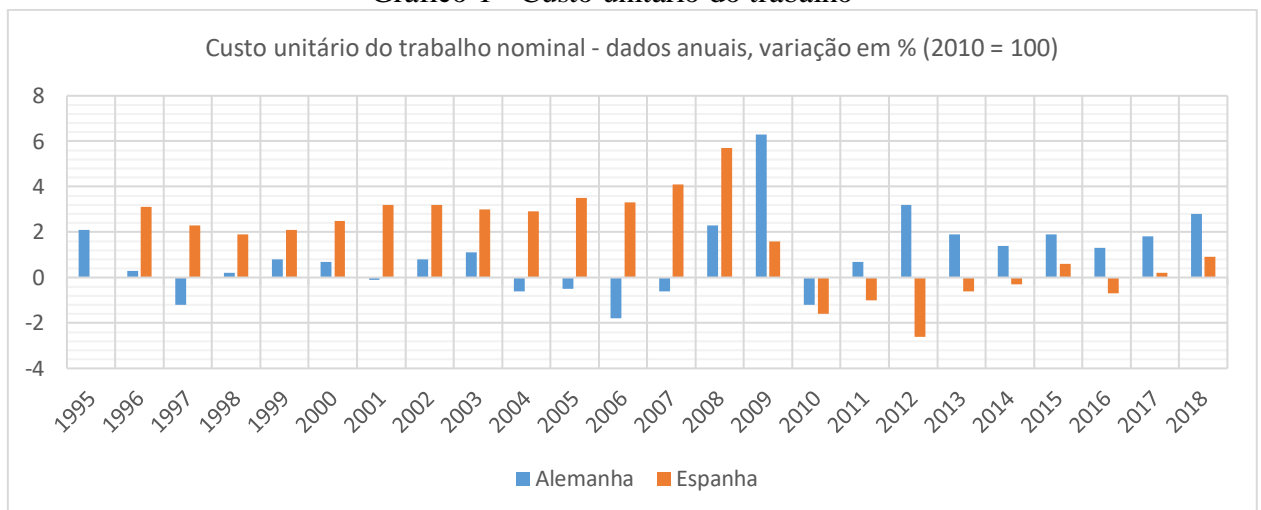
No que tange à flexibilidade de preços e salários na Europa, desde a implementação da UME os índices de custos unitários do trabalho se comportaram de formas diferentes. De acordo com os dados da Eurostat enquanto no geral países da periferia tiveram um aumento nos custos

até 2009, a Alemanha teve redução. Após a crise do subprime e a crise grega, com as medidas de austeridade colocadas em prática pelos Estados, os custos do trabalho tiveram redução nos países periféricos.

A Espanha teve um aumento bem significativo nos custos de trabalho até 2009, após esse período no geral até 2016 se teve uma redução nos custos. Analisando o mesmo período para a Alemanha o comportamento é o oposto, até 2008 ela teve uma redução e depois um incremento que perdura até o último ano atualizado, 2018.

Essa análise dos indicadores dos custos de trabalho entre periferia e centro mostra que ocorreu uma enorme disparidade nesse período, o que demonstra uma flexibilidade diferente entre as regiões da UME.

Gráfico 1 - Custo unitário do trabalho



Fonte: Elaboração própria a partir de Eurostat

A mobilidade de fatores de produção (capital e trabalho) é em parte satisfeita. Na UME a mobilidade de capitais é altíssima, sendo que possivelmente seja a característica mais plenamente cumprida. Porém, o mesmo não ocorre com a mobilidade de trabalho, sendo que é uma das mais importantes condições de ajuste.

Toríbio (2011) diz que ao longo do processo de integração as autoridades europeias fizeram sérios esforços para aumentar a mobilidade de trabalho dentro do bloco. Os acordos de Schengen e o programa Erasmus são exemplos de medidas que foram tomadas para tentar de alguma maneira aumentar o intercâmbio laboral, que são dificultados principalmente pelo idioma e pelas diferenças culturais.¹¹ Outros fatores como a atuação dos sindicatos e de

¹¹ O Tratado de Schengen são os acordos em vigor desde 1995 que dispõem sobre a livre circulação de pessoas. O Programa Erasmus é um plano de gestão que promove a mobilidade acadêmica de estudantes e professores no âmbito universitário.

oligopólios profissionais que tomam medidas para restringir o mercado também são empecilhos a unificação do mercado de trabalho

Usando os dados da pesquisa Eurobarometer¹² de 2009 e 2012 os maiores desestímulos para migrar a outro país são fatores familiares e sociais como ficar longe da família, casa e amigos mesmo que a imigração implique em uma melhora na sua situação econômica. De acordo com os dados da pesquisa ainda há importantes empecilhos burocráticos para desestímulo à migração até outros estados membros da UME, mas estes só funcionam a nível institucional sendo que possivelmente a melhor maneira de promover essa migração seria a criação de uma identidade europeia, uma mudança de pensamento, mas no limite a decisão de migrar ou não é sempre pessoal (GRAF, 2015).¹³

A TAMO nos diz que para um bom funcionamento da UME esta deveria ter um orçamento centralizado pois através dela as transferências fiscais suavizariam os choques que diferentes regiões possam sofrer. Sequeiros, Sánchez e Castellanos (2012) mostram que embora a Europa tenha um Orçamento Comum, esta não tem um orçamento centralizado da magnitude que a TAMO exigiria, logo ela tem sua capacidade de amenizar os possíveis choques um tanto quanto reduzida.

O orçamento comunitário europeu em 2018 foi de 165 bilhões de euros sendo que corresponde por volta de 1,04% do PIB da União Europeia, sendo essa uma porcentagem mais ou menos estável ao longo dos anos. O orçamento europeu é grande em termos absolutos, mas em termos relativos ele não é suficiente partindo da ótica defendida por economistas de um orçamento centralizado.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliarmos a importância que tem a integração econômica para um país, além das motivações econômicas é importante analisar também os fatores históricos, políticos e sociais.

Tal integração tem custos para os países envolvidos, a questão de perda da capacidade de fazer política monetária é algo sensível, pois envolve política e questão de soberania nacional. A perda do câmbio como mecanismo de ajuste em momentos de dificuldade, como já descrito, é outro problema. Os benefícios são sentidos de modo mais claro na área de trocas

¹² Eurobarometer são pesquisas realizadas na Europa periodicamente para fins de conhecimento geral da opinião pública da população sobre temas importantes, é realizado pela Comissão Europeia.

¹³ A UE promove programas como medida para facilitar a mobilidade trabalhista dentro dela, dentre eles EURES (European Network of Employment Services), a rede Euroguidance, a ESCO é uma classificação europeia das capacidades, qualificações e competências dos trabalhadores. Para um melhor entendimento do mercado de trabalho ver ESDE (Employment and Social Development in Europe) Annual Review 2018.

comerciais, determinação de preços e credibilidade. Um país quando ponderar sua participação em uma união deve levar em consideração essas questões.

No que tange a parte econômica, a teoria nos dá uma visão sobre os benefícios e os custos que podem acontecer quando países se integram. O caso europeu de integração monetária mostra que apesar de nem todas as condições estipuladas pela literatura especializada para que uma área seja considerada uma AMO sejam cumpridas, o processo pode ser levado adiante e os benefícios para os participantes, no caso da UME, sejam evidentes.

Tendo analisado as questões econômicas e as teorias por trás dela neste capítulo, ponderando os custos e os benefícios de se fazer parte de um bloco que ainda é incompleto nas características sobre as quais ele foi planejado, no capítulo a seguir analisaremos as motivações históricas, políticas e sociais por trás da integração econômica europeia.

3 EUROPA E ESPANHA: TRAJETÓRIA ATÉ A UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA (1945-1999)

Este capítulo inicia com uma revisão da literatura sobre as motivações econômicas e políticas da integração europeia, revisando as diversas fases desta integração. A segunda seção trata do caso específico da Espanha e como se deu seu desenvolvimento econômico e como que eventualmente o caminho da Espanha se junta com o caminho da União Europeia. Neste sentido, destaca-se o papel que teve o Plano de Estabilização em 1959, os Pactos da Moncloa e as mudanças de para a adequação aos critérios de Maastricht para conseguir fazer parte da UME.

3.1 EUROPA

A mentalidade do pós-guerra era uma: Europa dividida é guerra. Neste pensamento com mais teor político do que propriamente econômico, os países do núcleo ocidental desenvolvido começaram a tentar se aglutinar de uma forma que o intercâmbio econômico, político e social entre suas nações fosse maior, o que geraria uma maior união. Nesta seção será abordado como a situação do pós-guerra influenciou as tomadas de decisões em relação a ideia de uma integração europeia, e os passos subsequentes, como a criação da CECA, da CEE, as adesões de participantes que foram ocorrendo na já então formada União Europeia e por fim o Tratado de Maastricht.

3.1.1 Pós-guerra da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço à Comunidade Econômica Europeia (CEE)

Após o término da Segunda Guerra Mundial a Europa tinha sua infraestrutura totalmente dizimada, as principais regiões industriais da Europa tinham sido alvo dos militares isso sem contar as perdas humanas, o mundo estava para ser dividido em dois polos ideológicos opostos e isso ditava as regras e as atitudes que os governos iriam ter. Como é de conhecimento geral na literatura histórica a parte ocidental da Europa estava sob influência americana e recebeu ajuda financeira através do Plano Marshall para reconstrução de sua matriz produtiva. Dado que se tinha o temor de um novo conflito na Europa envolvendo a União Soviética e os EUA a reconstrução do setor industrial era premente. Mas como reconstruir indústrias que podem ser

usadas para fins bélicos sem que os antigos beligerantes - Alemanha e França - entrassem em novos atritos?

Robert Schuman e Jean Monnet, dois defensores de uma ideia de federação europeia, tinham a proposta para isso. A criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A Declaração proferida por Robert Schuman em 9 de maio de 1950 pautava o que seria feito.

[...] A mobilização das nações europeias exige que seja eliminada a oposição secular entre a França e a Alemanha: a ação a levar a cabo deve dizer respeito em primeiro lugar à França e à Alemanha. Para tal, o governo francês propõe que a ação assente num domínio limitado, mas decisivo: O governo francês propõe que a produção franco-alemã de carvão e aço seja colocada sob uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa (SCHUMAN, 1950).

A CECA foi criada através da assinatura do Tratado de Paris em 1951, este dizia que os países signatários deveriam entregar o controle da produção de carvão e do aço a uma entidade supranacional para que esta à gerisse de modo conjunto, dado que o carvão e o aço ainda eram em parte o setor “bélico” por excelência.

Esta ideia de organização conjunta pela visão de Schuman e Monnet teria que partir de uma solidariedade verdadeira entre as nações e então a partir disso se criaria as bases para uma Europa futuramente unida. Os países que formaram a CECA eram Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

Em 1954, diante de diversos acontecimentos que precederam essa data - o fracasso do Bloqueio de Berlim ou o apoio soviético aos norte coreanos na invasão da Coreia do Sul em 1950 - mostrou que a Europa talvez não estivesse preparada, apesar da OTAN, para se defender em caso de um ataque soviético. Cabe lembrar que a Alemanha Ocidental só entrou para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1955, diante dessas negativas - tanto britânicos quanto americanos queriam o rearmamento alemão, algo que por parte dos franceses era inaceitável - em 1954 foi deliberado a criação de uma Comunidade de Defesa Europeia (CDE) de iniciativa francesa para discutir tal questão, tendo em vista que a CECA já estava implementada. Apesar da iniciativa francesa, por fatores políticos internos foi a própria França que rechaçou o acordo. Conforme R.O.I:

Para centrar debidamente el problema de la C. E. D. es preciso recordar, en primer lugar, que esta Organización supranacional fue proyectada para llenar dos necesidades distintas, militar una, política la otra. La C. E. D. aspiraba, por una parte, a satisfacer la imperiosa necesidad de completar la organización de la defensa occidental encuadrando el ejército alemán, y por otra, a constituir una pieza más de la mecánica integradora de Europa mediante la unificación por sectores especializados de la que fue el primer ejemplo la Comunidad Europea del Carbón y del Acero (C. E. C. A.)...Francia, siempre hostil al rearme alemán, lo había aceptado dentro de un sistema supranacional por ella inventado, en el que esperaba desempeñar el papel rector, pero

el renacimiento germano le hizo temer que su preponderancia iba a transformarse en posición igualitaria y quizás a la larga de dependencia (R.O.I, 1954).¹⁴

Com o fracasso da CED que também tinha um lado mais político, foi realizada uma nova rodada de negociações em 1955, chamada de Conferência de Messina onde representantes da CECA nomearam um comitê de estudos sobre a viabilidade de criação de um mercado comum europeu. O informe do Comitê Spaak (sobrenome do político belga que presidiu o Comitê) recomendava a criação de mercado comum e uma agência intergovernamental de energia atômica (Los Padres Fundadores de la Unión Europea, 2013). Ele serviu de base para o Tratado de Roma em 1958 que viria a criar a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom).

O Tratado de Roma que instituiu a CEE foi ratificado pelos seis membros originais da CECA, sendo que ele tinha como objetivos o desenvolvimento e a integração europeia através da eliminação de barreiras que dividiam a Europa. Como é dito no Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia:

Artículo 2.

La Comunidad tendrá por misión promover, mediante el establecimiento de un mercado común y de una unión económica y monetaria y mediante la realización de las políticas o acciones comunes contempladas en los artículos 3 y 4, un desarrollo armonioso, equilibrado y sostenible de las actividades económicas en el conjunto de la Comunidad, un alto nivel de empleo y de protección social (TRATADO CONSTITUTIVO..., 1957, p. 8).¹⁵

As medidas que os países se dispuseram a colocar em prática foram: a proibição de direitos aduaneiros entre os Estados membros, uma política comercial comum, a eliminação de barreiras de circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais, fomento do desenvolvimento e do desenvolvimento tecnológico. (TRATADO CONSTITUTIVO..., 1957).

Segundo Fontaine (2013, p.8) “O sucesso obtido pelos Seis (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos) levou a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido a decidirem

¹⁴ “Para focar adequadamente o problema da C.E.D. é preciso relembrar, em primeiro lugar, que esta organização supranacional foi projetada para atender duas necessidades diferentes, uma militar, outra política. A C.E.D aspirava, por um lado, satisfazer a necessidade imperiosa de completar a organização da defesa ocidental enquadrando o exército alemão, e por outro, a constituir mais uma peça do mecanismo integrador da Europa através da unificação por setores especializados, do qual o primeiro exemplo foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) ... A França, sempre hostil ao rearmamento alemão, aceitou dentro de um sistema supranacional inventado por ela, no qual esperava desempenhar o papel principal, mas o renascimento alemão a fez temer que sua preponderância fosse transformada em uma posição igualitária e talvez dependência ao longo do tempo” (Tradução nossa).

¹⁵ “Artigo 2. A Comunidade terá por missão promover, através do estabelecimento de um mercado comum e de uma união econômica e monetária e através da execução das políticas comuns ou ações referidas nos artigos 3º e 4º, um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das atividades econômicas em todo o conjunto da Comunidade, um elevado nível de emprego e de proteção social” (Tradução nossa).

aderir. Este primeiro alargamento, de seis para nove membros, teve lugar em 1973 e foi acompanhado de novas políticas sociais”.

Em 1981 foi a Grécia entrou na União Europeia (UE), e em 1986 foi a vez de Portugal e Espanha aderirem ao bloco. Em 1987 entrou em vigor a Ata Única Europeia onde esta almejava um aprofundamento da integração - colocada em prática pelo Tratado de Roma - por meio da criação de um grande mercado interior previsto para entrar em pleno funcionamento em 1993 (SOKOLSKA, 2018).

3.1.2 Tratado de Maastricht e implementação do Euro como moeda

Dando prosseguimento ao projeto europeu, em 1993 entrou vigor o Tratado da União Europeia, comumente chamado de Tratado de Maastricht. Como está bem definido nos primeiros artigos do Tratado de Maastricht (1992), este estabelece uma nova etapa no “projeto de uma comunidade europeia”. Essa união teria como objetivos: promover o desenvolvimento econômico e social equilibrado e sustentável, além de fortalecer a coesão econômica entre os integrantes do bloco e o estabelecimento de uma união econômica e monetária, que em determinado momento implicaria em uma moeda única.

Na parte política e de suas relações internacionais o Tratado discorre sobre fortalecer a sua identidade como bloco homogêneo no cenário internacional, e se propõe particularmente a realizar uma política externa e de segurança comum, assim como nos assuntos do interior e judicial.

No que tange à parte econômica, que desde o início foi o carro chefe nesta política de aproximação entre os Estados europeus, o Tratado de Maastricht é bem regimentado sobre as metas que essa união queria promover. Conforme o Tratado:

La Comunidad tendrá por misión promover, mediante el establecimiento de un mercado común y de una unión económica y monetaria y mediante la realización de las políticas o acciones comunes contempladas en los artículos 3 y 3 A, un desarrollo armonioso y equilibrado de las actividades económicas en el conjunto de la Comunidad, un crecimiento sostenible y no inflacionista que respete el medio ambiente, un alto grado de convergencia de los resultados económicos, un alto nivel de empleo y de protección social, la elevación del nivel y de la calidad de vida, la cohesión económica y social y la solidaridad entre los Estados miembros (Destaque nosso).¹⁶

¹⁶“A Comunidade terá por missão promover, através do estabelecimento de um mercado comum e da união econômica e monetária e da execução das políticas comuns ou ações referidas nos artigos 3º e 3º-A, um desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas em Comunidade no seu conjunto, crecimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um elevado grau de convergência do desempenho econômico, um elevado nível de emprego e proteção social, a melhoria das normas e da qualidade de vida, coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros” (Tradução nossa).

Sendo que para atingir esses objetivos é disposto uma série de requisitos como: (i) a eliminação dos direitos de aduana e de restrições de quantidade, tanto de entrada quanto de saída de mercadorias, (ii) uma política comercial comum para o bloco, (iii) um mercado interno caracterizado pela abolição, entre seus Estados, de qualquer entrave sobre a livre circulação de capitais, pessoas, mercadorias e serviços, (iv) uma política comum na agricultura, pesca e transportes, (v) incentivo ao investimento e desenvolvimento tecnológico e em um artigo específico (vi) ele dispõe sobre a criação de um Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), um Banco Central Europeu (BCE) e um Banco Europeu de Investimento (BEI).

Em 1995 Áustria, Finlândia e Suécia se converteram em membros da União Europeia sendo que o Tratado de Maastricht foi a base fundamental para o que viria a se tornar a popularmente conhecida como Zona do Euro.

Antes da efetiva implementação da UME em 1999, foi assinado o Tratado de Amsterdam onde este reforçava os princípios democráticos que um país deveria ter para se tornar membro da UME: ter uma economia livre e de mercado e uma legislação nacional adequada à legislação da UME. O Euro entrou em circulação efetivamente substituindo as moedas nacionais em 1 de janeiro de 2002. O Tratado de Nice foi assinado para o bloco ter uma segurança institucional sobre as possíveis adesões que viria a ocorrer, e que ocorreram de fato.

Após a implantação do Euro como moeda, o bloco teve a adesão de mais treze países, a maioria provenientes do Leste Europeu. Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca entraram em 2004. Romênia e Bulgária entraram em 2007 e a Croácia aderiu ao bloco em 2013, de todos os países que aderiram ao bloco apenas Reino Unido (atualmente em processo de saída), Dinamarca, Suécia, Hungria, Bulgária, Lituânia, Polônia, Romênia, Croácia e República Tcheca não tem o Euro como moeda. Nota-se que a maioria dos que não aderiram ao Euro são antigos satélites soviéticos, mostrando que em termos de economia eles ainda não cumprem todos os requisitos necessários para obter a moeda comum.

3.2 ESPANHA

Não há como dissociar o ano de 1999 dos eventos históricos anteriores, porque ele é a continuação de um longo processo de reformas, os fatos ocorridos na Espanha ao longo da segunda metade do século XX influenciaram as decisões que aconteceram depois; como a perspectiva de entrar definitivamente para a zona do Euro.

A presente seção discorrerá sobre a situação política e econômica da Espanha na segunda metade do século XX, qual era o pensamento nacional do pós-guerra e como o sistema de produção da Espanha mudou com o tempo, de uma autarquia em 1945 para um regime de moeda única com seus vizinhos europeus em 1999.

3.2.1 Espanha pós-guerra

A Espanha durante a Segunda Guerra ficou neutra, mas claramente tinha uma inclinação ideológica a favor do Eixo, o motivo da neutralidade foi a Guerra Civil que aconteceu em terras espanholas entre 1936 e 1939, onde o país não teria como suportar mais perdas humanas e econômicas. De acordo com Alonso e Furió (2007) a Espanha ficou fora do jogo internacional devido a seu próprio alinhamento ideológico e isso fez ela ficar de fora também de uma possível ajuda do Plano Marshall. Esse isolamento internacional iria acontecer até início dos anos 1950.

O modelo econômico espanhol do pós-guerra é conhecido como autarquia, um nacionalismo econômico, sendo que o principal motor desse modelo de produção foi o Instituto Nacional de Industria (INI) que era um órgão estatal espanhol que regulava a produção e apoiava o desenvolvimento. Segundo Velarde (2001) “[...] en el período de postguerra se inicia un período de reconstrucción basado en los criterios de autarquía, los cuales no se modifican hasta 1959”.¹⁷ O modelo autárquico de acordo com Tamames (2005) tinha como principais características: a forte intervenção do Estado para fins de controle da atividade industrial, onde este atuava através do INI criando um grande número de empresas públicas para setores que eram considerados estratégicos, a coordenação da distribuição de alimentos e o forte contingenciamento de importações. Sendo que a justificativa era criar uma Espanha desenvolvida e sem a dependência de países estrangeiros.

O isolamento espanhol começou a reduzir gradualmente, visto que com a frontal oposição de Franco à União Soviética, os EUA começaram a ter uma postura mais branda com o regime militar imposto por ele e em 1953 foi assinado os Pactos de Madrid, que eram acordos comerciais onde os EUA ofereciam crédito à Espanha em troca da instalação de bases militares em terras espanholas. A autarquia vigente começava a dar sinais de esgotamento, conforme Iranzo (2002) esse modelo produtivo tinha três principais limitações sendo eles: o tamanho do mercado interno, onde a renda da população era baixa o que fazia o país não aproveitar o princípio microeconômico de economia de escalas; a demasiada intervenção estatal, que acaba

¹⁷ “[...] no período do pós-guerra inicia-se um período de reconstrução baseado nos critérios de uma autarquia, os quais não se modificam até 1959” (Tradução nossa).

alocando recursos que são escassos de maneira ineficiente e a proteção contra produtos estrangeiros de qualidade superior e com preços mais acessíveis. Ainda segundo Velarde (2001), os preços relativos estavam totalmente destoantes dos internacionais o que fazia que o governo tivesse que frequentemente desvalorizar a moeda. Em 1959 foi colocado em prática um plano de governo que mudava radicalmente a maneira de conduzir a economia, saindo de um modelo autárquico para uma economia de mercado, o Plano de Estabilização de 1959.

3.2.2 Plano de Estabilização, crise dos anos 1970 e os Pactos da Moncloa

O Plano de Estabilização foi colocado em prática para mudar os rumos da economia espanhola que apesar de algumas medidas paliativas não estava indo bem. Os índices econômicos perante os países europeus com a mesma grandeza estavam bem ruins, o Plano consistia em abrir a fechada e autárquica economia em uma economia aberta ao mundo. Os efeitos do plano foram sentidos imediatamente, segundo Sardá (1970) "los efectos del programa de estabilización operaron como un shock psicológico sobre el país, de forma que sus efectos fueron inmediatos y espectaculares".¹⁸ Ainda conforme Alonso e Furió (2007) o Plano de Estabilização foi juntamente com os Pactos da Moncloa e o ingresso na Comunidade Europeia em 1986 os acontecimentos econômicos mais importantes de Espanha no século XX, sendo que organismos internacionais financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ajudaram na implementação do Plano.

O Plano tem quatro características com o setor externo sendo elas segundo Requeijo (1990).

En primer lugar se fijaba un cambio único para la peseta (60 pesetas por dólar), se declaraba su convertibilidad para no residentes y se adoptaban las medidas necesarias para organizar el mercado de divisas...En realidad lo que se aplicaban eran las reglas del Fondo Monetario Internacional, en el que España había ingresado en 1958...

En segundo lugar, el Gobierno español se comprometía a liberalizar progresivamente las importaciones procedentes de países OECE...de acuerdo con las normas de la Organización a la que también se había incorporado España en 1958.

En tercer lugar, al arancel que se revisaría en 1960, recuperaría su papel de instrumento protector por excelencia.

En cuarto lugar, se modificaba el tratamiento de las inversiones extranjeras: desaparecerían, gradualmente las restricciones existentes para adquirir participaciones en empresas nacionales y dividendos y capitales (REQUEIJO, 1990, p. 8).¹⁹

¹⁸ “Os efeitos do programa de estabilização operaram como um choque psicológico sobre o país, de foram que seus efeitos foram imediatos e espetaculares” (Tradução nossa).

¹⁹ “Em primeiro lugar, se fixava um câmbio único para a peseta (60 pesetas por dólar), a sua convertibilidade foi declarada para não residentes e foram tomadas as medidas necessárias para organizar o mercado de câmbios ... Na realidade, o que se aplicava eram as regras do Fundo Monetário Internacional, em que a Espanha entrou em 1958 ... Em segundo lugar, o Governo espanhol comprometeu-se a liberalizar progressivamente as importações

Sendo que o setor externo foi o motor do crescimento espanhol nesse período, o IED também começava a fluir para as empresas espanholas visto que essas tinham espaço para crescer. O Plano teve um saldo positivo para a economia espanhola onde através dele ela finalmente conseguia se aproximar de seus vizinhos europeus. (MALUQUER, 2015).

Esse período de expansivo crescimento durou toda a década de 1960, sendo que começou a desacelerar no início dos anos 1970, devido ao choque do petróleo de 1973 - um indicativo de que a economia espanhola já estava integrada ao mundo - que ameaçou o abastecimento mundial de energia. Além desse fator externo que não se tem controle, a incerteza política interna era evidente porque Franco estava debilitado e a continuidade do regime era incerta. Franco morreu em 1975 e com ele o Regime Militar, a Espanha viria a se tornar uma democracia novamente.

Essas incertezas externas e internas fizeram com que a década de 1970 fosse de crise econômica, e ainda viria a ter o segundo choque do petróleo em 1979 ocasionado pela revolução iraniana. Para sair da incerteza política interna, após a morte de Franco, em 1977 foram assinados os Pactos da Moncloa, ano também que Madrid assinou a ata para entrar na Comunidade Europeia.

Segundo Fuentes (2005) os Pactos da Moncloa foram um grande acordo nacional proposto em 1977, eles eram medidas de ajustes econômicos que deveriam ser colocados em prática para a recuperação da economia espanhola que se via em processo de crise devido às incertezas que pairavam sobre a economia global. Os Acordos da Moncloa foram também um grande pacto político, pois concentravam esforços de partidos rivais, sindicatos e sociedade civil, em suma os atores políticos e econômicos do país. Os Pactos de la Moncloa tinham duas premissas básicas: que a solução para a crise econômica espanhola não deveria passar pelo isolamento e nem pelo protecionismo e evitar uma grande inflação.

Não é coincidência que as tratativas para a entrada da Espanha na CEE tenham sido em 1977, os Pactos foram as bases que possibilitou sua adesão ao bloco.

Os Pactos de baseavam em três esteios:

[...] una política monetaria restrictiva y estabilizadora para lograr la desaceleracion de la tasa de crecimiento de la cantidad de dinero; una política presupuestaria restrictiva para limitar el ritmo de crecimiento del gasto público y lograr un menor deficit público;

provenientes dos países da OCDE ... em conformidade com as regras da Organização a que a Espanha também tinha sido constituída em 1958. Terceiro, a tarifa que seria revisada em 1960 recuperaria seu papel de instrumento de proteção por excelência. Quarto, o tratamento dos investimentos estrangeiros foi modificado: desapareceriam gradualmente as restrições existentes para adquirir participações em empresas nacionais, dividendos e capitais” (Tradução nossa).

una política de rentas para moderar el crecimiento de los costes reales del trabajo (ALONSO; FURIÓ, 2007, p 11-12).²⁰

Apesar das turbulências políticas que ocorreram na Espanha com a tentativa de Golpe de Estado em 1981 e de certa demora para conseguir colocar em prática os Pactos da Moncloa, este foi bem-sucedido no seu intento geral, pois a economia da Espanha conseguiu se adequar ao que Bruxelas estipulou como metas e assim finalmente ela conseguiu se unir a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1986, a Espanha entraria em uma nova fase de expansão econômica.

3.2.3 Adesão à Comunidade Europeia (CE) e Tratado de Maastricht

A adesão da Espanha ao bloco demorou longos anos, isso foi fruto tanto das grandes reformas que teriam que acontecer, quanto da precaução da Espanha em negociar um tratado benéfico para si, além da CEE que queria segurança jurídica. Badosa (2005) nos diz que por conta do curto período de transição dos gregos muitos critérios não foram cumpridos, e isso levou a disputas jurídicas, o que queria se evitar dado que as economias do sul da Europa eram nitidamente mais atrasadas que as pertencentes ao bloco.

O período de 1986 até 1992 foi uma etapa de forte expansão na economia, assim como ocorreu no Plano de 1959, os efeitos econômicos foram imediatos devido ao poder dinâmico que a liberalização organizada e o acesso a mercados oferecem. A diferença entre as duas metades da década de 1980 é nítida, na primeira metade da década que eram justamente os anos onde a Espanha estava negociando os termos de adesão e estava colocando em prática as reformas da Moncloa, o PIB crescia a uma taxa anual média de 1,8% (CEE crescia a 2,1%), na segunda metade 1986-1990 o crescimento médio era de 4,8% (CEE crescia a 2,9%). Não apenas o PIB, mas outros indicadores macroeconômicos mostram essa grande melhora, o crescimento do comércio total Espanha/CEE foi de 30,2 bilhões para 69,2 de euros (BADOSA, 2005).

A primeira metade da década de 1990 foi de desaceleração econômica nos países desenvolvidos, os motivos normalmente são atribuídos à Guerra do Golfo e todas suas consequências sobre o abastecimento mundial de petróleo, a bolha imobiliária japonesa em 1990 e a unificação alemã em 1990. Apesar da desaceleração já estar em curso foi em 1993 que ela chegou com “ares” de crise nos mercados espanhóis.

²⁰ “[...] uma política monetária restritiva e estabilizadora para conseguir a desaceleração da taxa de crescimento da quantidade de dinheiro; uma política orçamentária restritiva para limitar a taxa de crescimento do gasto público e alcançar um déficit público menor; uma política de renda para moderar o crescimento dos custos reais de mão-de-obra” (Tradução nossa).

Em 1979 a maior parte dos países da EU fizeram um acordo onde eles concordavam em “ligar” suas moedas de forma a evitar grandes flutuações na taxa de câmbio entre elas, esse sistema ficou conhecido como Sistema Monetário Europeu (SME)., posteriormente os países que foram aderindo a UE, também aderiram ao SME. O SME permitia que ajustes periódicos fossem realizados, mas sempre respeitando as bandas.

Esse sistema, sofreu um grande revés em 1993, ele estava pressionado devido as diferentes condições políticas e econômicas dos participantes, principalmente no esforço de reunificação da Alemanha. Nesse período o Bundesbank aumentou a taxa de juros para evitar um aquecimento da economia alemã e uma provável alta inflacionária, com este aumento da taxa de juros os fluxos de capitais iriam naturalmente fluir para ela, para evitar essa perda de competitividade perante a Alemanha os governos das economias mais frágeis desvalorizaram suas moedas, medida que não foi considerada justa por parte dos alemães. Esse episódio teria grande influência na futura na paridade fixa que a UME estabeleceu.

Ao longo desse período (1991-1995) o Governo Espanhol desvalorizou a peseta três vezes - cabe notar que os países tinham moedas e Bancos Centrais próprios - como modo de ajustar o câmbio relativo e assim ganhar competitividade, mas isso implica em mudança não pelo lado da produtividade e sim pela via cambial/monetária o que em si não altera a estrutura produtiva do país com viés de melhora (PINDYCK; RUBINFELD, 2005). Essa é uma das diferenças que serão abordadas em momento oportuno em relação a crise de 2007 na Espanha, onde nesta etapa ela não pôde usar desses instrumentos econômicos.

O Tratado de Maastricht foi assinado em 1993 para uma futura moeda comum. Os países que quisessem fazer parte da agora denominada União Monetária Europeia (UME) deveriam se adequar a uma série de novos requisitos para promover uma maior estabilidade aos sistemas financeiro, cambial e monetário.

A Espanha em 1996 era motivo de certa desconfiança por parte dos agentes econômicos no que tange ao cumprimento das normas para 1999. Apesar de demonstrar um efetivo interesse em fazer parte da futura UME, ela não se adequava ainda a quase nenhum dos critérios estabelecidos, mas essa desconfiança se dissipou, porque ela em tempo conseguiu se adequar às normas designadas por Bruxelas (DE GUINDOS, 2005).

Agora a Espanha em conjunto com a grande maioria do bloco tem o Euro como moeda única (a efetiva implementação como moeda corrente aconteceu em 2002), essa é uma nova e diferente etapa pois agora o controle da moeda fica a cargo do BCE.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações políticas para uma incipiente, porém promissora integração, são ligadas as memórias da Segunda Guerra e ao estabelecimento de uma potência nuclear a leste (URSS). Quanto mais unida em favor de um objetivo comum de barrar a influência do sistema soviético mais bem-sucedido ela seria. Quanto às motivações econômicas que a Europa teve, este pode-se dizer que é um exemplo “bem-sucedido” de incremento reais nas trocas comerciais, onde o estabelecimento primeiramente de um mercado comum, ajudou a aumentar as relações de trocas e consumo entre os agentes econômicos.

Ao longo de quarenta anos esse processo se ampliou e acabou em uma moeda comum, algo novo na história moderna. Quanto ao objetivo político de total integração este apesar de avanços como a criação de um Parlamento Europeu, leis comunitárias e orçamento comum, o passo derradeiro para união política total parece ficar cada vez mais distante, porque não sem razão os países querem manter uma soberania política nacional. Apesar de se ter usado a economia como meio para uma integração europeia, o objetivo político era o fim.

Acerca de Espanha, a mesma estava isolada internacionalmente no pós-guerra e sentia as consequências econômicas de tal isolamento, era um país atrasado e pobre em relação a seus vizinhos no continente. Observando o processo de integração nos outros países europeus e vendo como estavam obtendo benefícios, o país julgou de modo correto que um meio para conseguir obter mais riquezas seria juntar-se a seus pares europeus. Apesar de empecilhos ao longo desse processo ela conseguiu resultados econômicos prósperos até a sua adesão ao Euro. Agora uma nova etapa começaria na história europeia e espanhola, a moeda única.

4 ESPANHA PÓS UNIÃO MONETÁRIA EUROPEIA SOB A LUZ DA TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

No início do século XXI o clima na Espanha e na Europa era de euforia e abundância. O continente estava vivendo um período de forte expansão e crescimento econômico e eles conseguiram colocar em prática a ideia de uma moeda única. A Espanha entre as economias de mesma grandeza, foi a que mais se beneficiou economicamente da implementação da UME analisando-se os principais indicadores econômicos (GUINDOS, 2005). O país viveu um período de forte expansão econômica durante 1999-2007, o PIB crescia em média mais de 3% ao ano sendo também o país que mais gerava empregos dentro do bloco (INE, 2008), ela teve sua maior fase de crescimento real e sustentado.

Durante esse período, porém, a economia espanhola desenvolveu desequilíbrios macroeconômicos que não foram corrigidos e que foram expostos com a crise do subprime no verão europeu de 2007. Pós-subprime a economia espanhola entrou em uma recessão, assim como outros países do bloco. O mercado financeiro internacional ficou paralisado após 2007, devido à quebra de confiança. Os governos tiveram que realizar programas de resgates econômicos de empresas financeiras e não financeiras para evitar uma quebra generalizada. O que havia iniciado como uma crise no sistema financeiro acabou como uma crise de dívida dos governos soberanos.

O período posterior à crise até 2017, último ano que foi analisado os principais índices, foi de muita inquietude. O país já conseguiu retomar o PIB por Paridade do Poder de Compra (PPC) que tinha anteriormente a crise, as reformas feitas tanto a nível europeu quanto a nível espanhol ajudaram nessa recuperação, mas os custos ainda são sentidos principalmente no que tange à dívida pública e ao desemprego (COMISSÃO EUROPEIA, 2019).

O objetivo geral deste capítulo é discutir se a adesão ao regime de moeda única, no caso a UME, foi responsável pelo maior crescimento econômico ocorrido na Espanha, assim como se foi responsável pela crise levando em consideração os argumentos teóricos da TAMO. O objetivo específico é analisar o comportamento da economia espanhola ao longo do período de pertencimento a UME, sendo dividido em dois momentos: o primeiro abrangendo a fase de expansão econômica, 1999-2007, e o segundo abrangendo a fase de crise e recuperação econômica, 2008-2018. Serão analisadas variáveis de desempenho da economia, os desequilíbrios macroeconômicos e as reformas colocadas em prática pelo Estado espanhol.

4.1 ESPANHA PÓS MOEDA ÚNICA (1999-2007)

A Espanha ao longo do período 1999-2007 experimentou os benefícios de fazer parte da UME. As reformas econômicas²¹ feitas para o cumprimento dos critérios de Maastricht e o ambiente gerado pela implementação do euro deram estabilidade macroeconômica ao país.

A adoção do Euro por parte da Espanha foi um evento histórico, o ápice no processo de integração europeia. Os defensores da integração esperavam que as economias convergissem dado a maior união entre elas, algo que as teorias de integração previam em seu escopo teórico. Ao longo dos primeiros dez anos a zona do euro realmente promoveu bons resultados econômicos. A Espanha era o país modelo de como as economias mais periféricas da Europa poderiam alcançar as economias centrais, dito de outra forma, até o período da crise de 2007 e crise grega, a combinação de política monetária única e fiscais por parte dos países ajudaram a propiciar um ambiente de constância macroeconômica em todo o bloco (BROWN, 2018).

De acordo com o boletim do Banco Central Europeu (2008) desde a adoção do Euro até aquele presente ano o comércio entre os países pertencentes a zona do euro teve um incremento de 25% a 33%, sendo que a controle cambial colocado em prática pelo BCE responderia por pelo menos metade desse valor, os IED na zona aumentaram na faixa de 20% a 30% e a inflação nos países gravitaram perto da meta dos 2%.

Para Alonso e Furió (2010) o crescimento da economia espanhola foi proporcionado por uma série de fatores externos e internos, os autores colocam como fatores externos: a globalização econômica, no caso uma maior interdependência e comércio entre as economias mundiais e, também, especificamente na Europa no âmbito da UME; e a mudança de regime macroeconômico promovido na Espanha devido seu pertencimento ao bloco. No tocante a fatores internos os autores citam o forte crescimento da demanda agregada, promovido por um crescimento demográfico e do consumo, e a expansão imobiliária.

Quando de sua implementação a UME já a época não era considerada uma AMO, devido a falta dos elementos que caracterizam a mesma, porém países como a Espanha e Itália que também não tinham tais características conseguiram um desempenho econômico satisfatório, dado que certos benefícios previstos nas teorias de integração realmente se concretizaram.

Um dos benefícios descrito pela TAMO, seria onde países que tem dificuldade em controlar sua taxa de inflação, ao aliar-se a países que tenham históricos favoráveis em contê-la ganhariam credibilidade, e foi algo que a Espanha conseguiu ao juntar-se a UME. A taxa de

²¹ Para detalhes sobre as reformas empreendidas pelo governo espanhol ver De Guindos (2005): *La política económica española en la zona euro. La importancia de las reformas económicas.*

inflação na Espanha antes de 1996, que foi o ano de perspectiva de entrada na zona do euro, se situava entre 5% e 7%, após a incorporação ela gradativamente veio caindo e se estabeleceu sempre abaixo de 4%, que é dentro do intervalo estabelecido pelo BCE em relação a média de inflação do bloco. Em décadas essas são as taxas mais baixas que a Espanha obteve, porém ela ainda manteve um diferencial inflacionário em relação a economias mais fortes.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento²² que é associado aos pressupostos teóricos das AMO, que ainda está em vigor na UME, ajudou a dar estabilidade macroeconômica ao país, as taxas de juros foram reduzidas, a atração de IED foi massiva e fora o dinheiro que entrou através dos fundos de integração europeus para de ajuda e suporte (BICHARA, 2009).

O alto grau de integração financeira²³ que tem a UME, criou as condições necessárias para que os fluxos de capitais transcorressem de países como Alemanha e Holanda, que são historicamente superavitários, para a Espanha, no contexto da integração as reduzidas taxas de juros facilitaram o investimento e o consumo – este foi o motor da expansão econômica – dado a acessibilidade ao crédito (ORTEGA; PEÑALOSA, 2013).

Desde 1996, com a intenção da Espanha em fazer parte da UME e colocando em prática as reformas necessárias para conseguir cumprir os critérios de convergência, a taxa de juros do governo espanhol começou a convergir em relação a taxa de juros do governo alemão, tido como o investimento mais seguro (Gráfico 2). Em 1996, a taxa de juros base espanhola era de 10% e a alemã era de 6%, um diferencial de 4 pp.

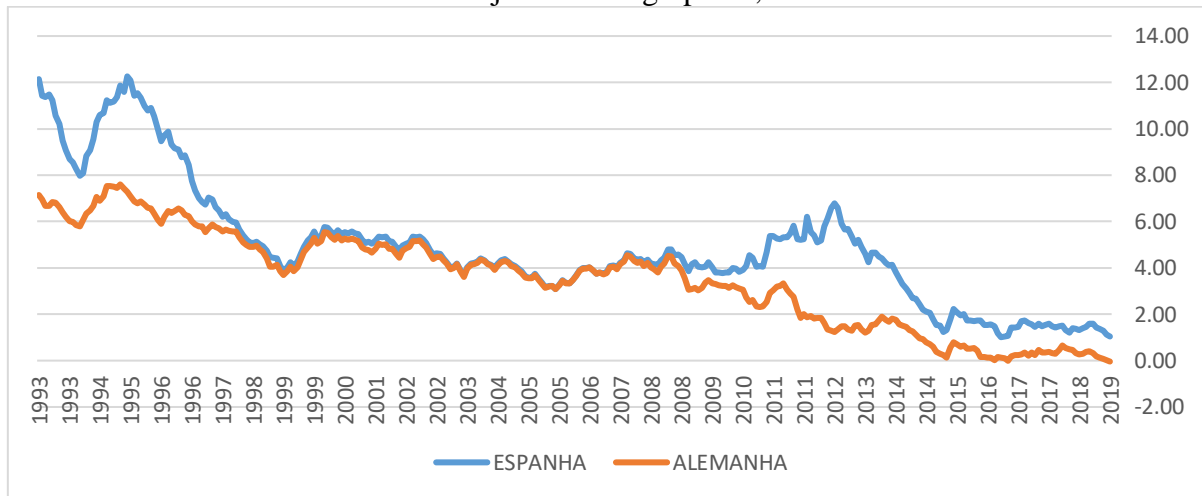
Em 1999, no ano da inauguração do Euro, ambas as taxas eram de aproximadamente 6% e ao longo dos dez primeiros anos de vigência do Euro, tanto a taxa da Alemanha quanto a da Espanha, se situaram praticamente idênticas durante todo esse período.

A UME, como previsto na teoria, deu credibilidade para os governos mais frágeis por eles estarem no bloco junto com os governos mais fortes. Com as taxas de juros mais baixas e com a credibilidade em alta, o investimento ficou atrativo e fez com que grandes quantidades de dinheiro estrangeiro fluíssem para a economia espanhola.

²² Ver *Pacto de Estabilidade e Crescimento*. Amsterdam. 1997.

²³ Ver Ingram (1962): *The case for european monetary integration*.

Gráfico 2 - Taxa de juros de longo prazo, título de 10 anos.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Central Europeu

O período de 1996-2004 ao se verificar a Contabilidade Nacional divulgado pelo INE²⁴ foi o período mais pujante da economia espanhola, o ciclo de expansão da economia espanhola, sempre analisando os indicadores macro, continuou até 2007, o ano da crise das hipotecas.

Acreditar que a UME apenas trouxe benefícios é um erro, a implementação da moeda introduz uma nova e limitada forma de como os instrumentos de política monetária são conduzidos, a taxa de juros em vigor agora é definida em função do bloco e se ajustará de acordo com o interesse do bloco e não a taxa que mais convenha unicamente a Espanha (DE GUINDOS, 2005). Como é de conhecimento geral, após a adesão ao Euro os países membros perderam tal capacidade de gerência sobre a política monetária, sendo que depois da integração a política fiscal passou a ser o único instrumento autônomo de política macroeconômica da Espanha, tal como afirma Bichara (2009).

No que tange a análise da hipótese que a adesão a UME, a moeda única, foi vantajosa para a Espanha e influenciou o crescimento econômico no período de 1999 – 2007, pelos avanços na economia que o país teve, a melhora nas condições de vida e de infraestrutura, a convergência em renda per capita em relação a seus principais sócios na Europa pode-se afirmar que essa etapa de pós adoção da moeda única foi benéfica e efetiva para o real crescimento da economia espanhola.

²⁴ Ver INE 2004. Anuario estadístico de España 2004. Contabilidad Nacional.

4.1.1 Os desequilíbrios macroeconômicos (vícios da matriz produtiva)

Durante 99-07 não há dúvidas sobre o crescimento real e contínuo que a Espanha teve. Porém ao longo desse tempo ela foi acumulando desequilíbrios que não eram visíveis devido a existência de uma conjuntura internacional favorável. Especialistas sobre o tema tais como Estrada, Jimeno e Malo de Molina (2009), Arce, González e San Juan (2019), De Guindos (2005) convergem e consideram que os principais desequilíbrios verificados eram: i) crédito excessivo, endividamento familiar; ii) deterioração do balanço de pagamentos; iii) diferencial de inflação e iv) produtividade decrescente. A crise do subprime atingiu a Espanha com maior ímpeto porque esses desequilíbrios macroeconômicos fizeram com que ela ficasse mais exposta a choques externos que pudessem ocorrer.

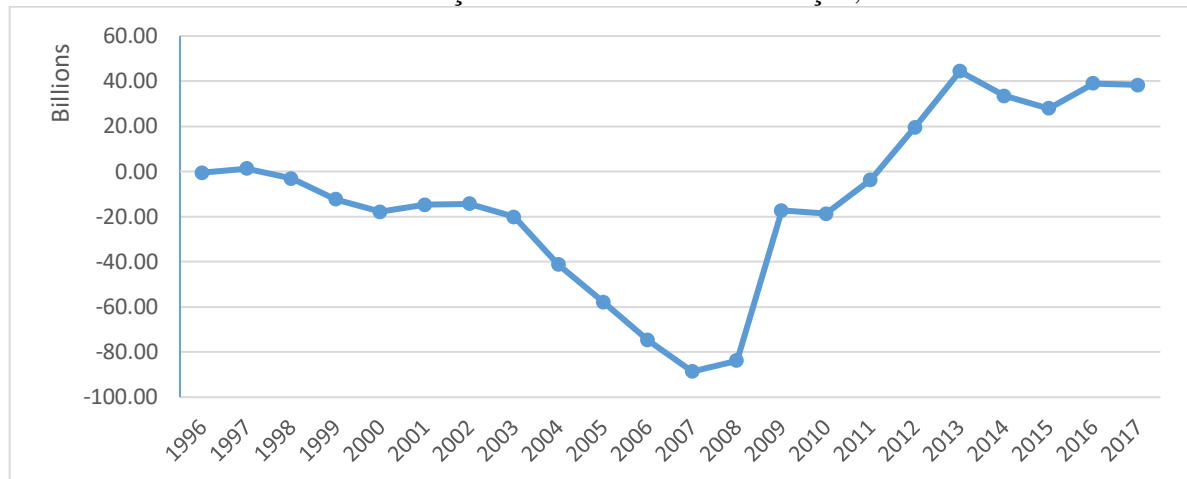
De acordo com Arce, González e San Juan (2019), essa conjuntura favorável fez com que a taxa de inflação e a de juros caíssem e convergissem para as economias que as tinham em níveis mais baixos. Esse ambiente de baixa na taxa de juros (conforme ilustrado no Gráfico 2) ajudou a economia a se expandir, porém as taxas de juros mais baixas levaram a um desmoderado aumento do crédito, o que impulsionou o gasto familiar e empresarial.

O gasto familiar e empresarial nesse período em larga medida foi direcionado a compra e venda de imóveis. O setor da construção civil ao longo dos anos foi crescendo por características como o aumento da população devido à imigração, aumento de renda per capita por parte da população espanhola e às facilidades bancárias em concessão de crédito. Essas características não atuaram separadamente, mas sim em conjunto e acabaram fortalecendo esse ciclo que depois desencadearia graves problemas (ARCE, GONZÁLEZ E SAN JUAN, 2019).

De Guindos (2005) ressalta que outro aspecto do endividamento familiar e empresarial espanhol foi ocasionado pela baixa taxa de poupança nacional, a deterioração na balança de pagamentos. O que induziu a uma necessidade de financiamento estrangeiro.

Como indicador macroeconômico, o saldo negativo na conta corrente da BP mostra que não havia devida poupança interna no país, fazendo com que o país necessite de financiamento externo para conseguir investir na economia. O déficit na balança comercial espanhola crescia e chegou a 6 % do PIB em 2007 (Gráfico 3). O financiamento do déficit exterior não era um problema até a crise de 2007 quando os credores perderam a confiança de que os agentes econômicos pudessem honrar seus compromissos.

Gráfico 3 - Balança comercial de bens e serviços, dólares.

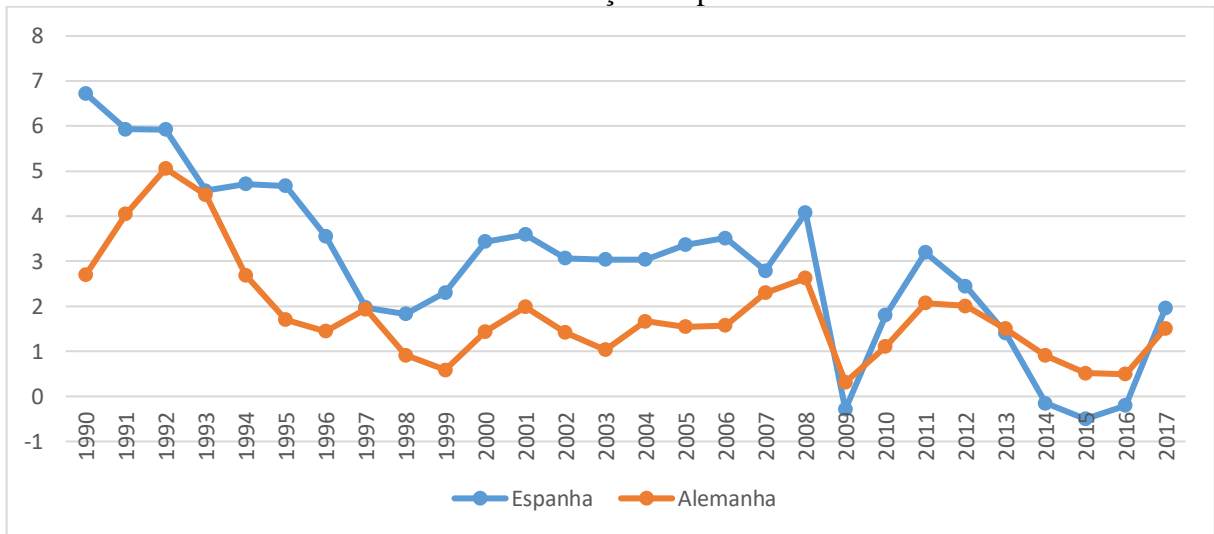


Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial.

A inflação na Espanha veio caindo desde a sua entrada na União Europeia na década de oitenta, contudo no ano de 1996 ela se situou pela primeira vez em décadas abaixo de 4%. Apesar desse decréscimo ao longo do tempo, quando se faz uma comparação com economias mais fortes do bloco, no caso a Alemanha, ela sempre se manteve mais elevada.

Segundo Estrada, Jimeno e Malo de Molina (2009) um dos benefícios de pertencer a UME era a credibilidade importada, fundamental para reduzir a inflação média sem implicar em aumento dos custos reais. Dado que na Espanha há forte rigidez nos mercados de bens e serviços e em relação a salários, a adesão ao bloco ajudou na diminuição da inflação, mas não seu desaparecimento.

Gráfico 4 - Taxa de inflação: Espanha e Alemanha



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial

Esse persistente diferencial de inflação contribuiu para a deterioração da competitividade espanhola. Como o salário é uma das mais importantes variáveis para a geração de inflação, e dado que há forte rigidez, uma flexibilização dos contratos é desejável nessas situações.

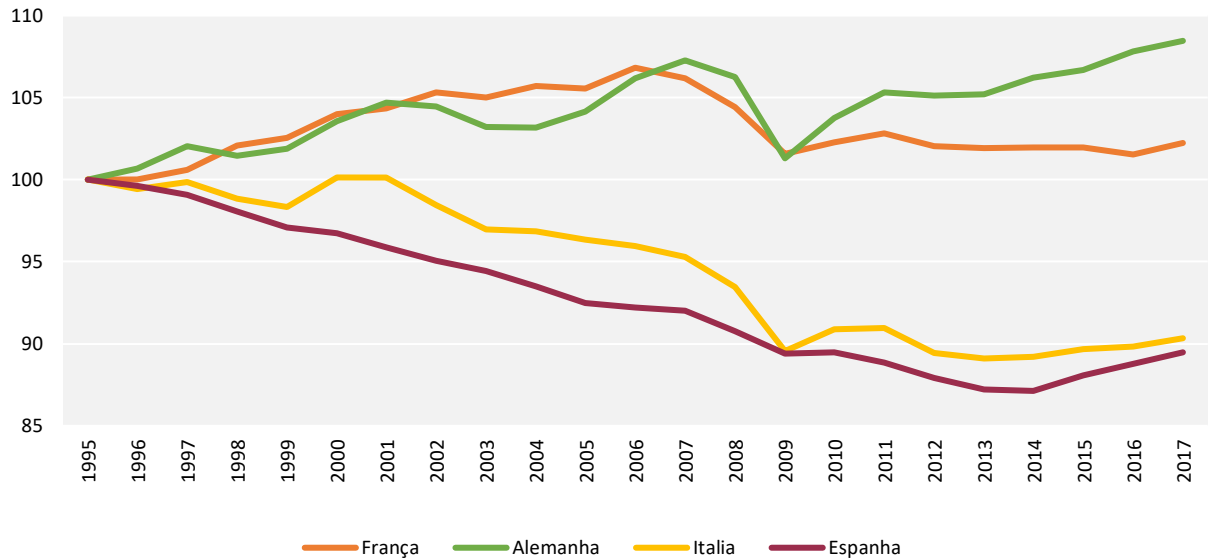
A produtividade decrescente é um desequilíbrio que permanece em todos os ciclos da economia espanhola, seja ele período de recessão, de expansão ou estagnação.

Uma das principais fontes de crescimento econômico em uma nação é a produtividade, quanto mais um país é eficiente em produzir bens e serviços com o menor número de insumos, mais próspero ele será e conseguirá alcançar um nível maior de bem-estar. Usando como ano-base 1995, o Gráfico 5 mostra como o índice que mede a Produtividade Total dos Fatores (PTF) veio caindo desde então. Como ilustra o gráfico a PTF não é apenas um problema da Espanha, a Itália também apresenta uma tendência negativa.

Desde 1995 a Espanha perdeu 10,5% em termos de PTF enquanto a Alemanha teve um aumento de 8,5% e França de 2,2%. Outros fatores como a produtividade por hora trabalhada na Espanha também teve um decréscimo na casa dos 20% se tivermos como referenciais a taxa média da UME e da Alemanha²⁵. Desde 1999 quando ingressou na UME até 2017 Espanha perdeu 7,59% em termos de PTF.

²⁵ Ver Informe da Esenciales Fundación BBVA - Ivie, para maior entendimento sobre a PTF.

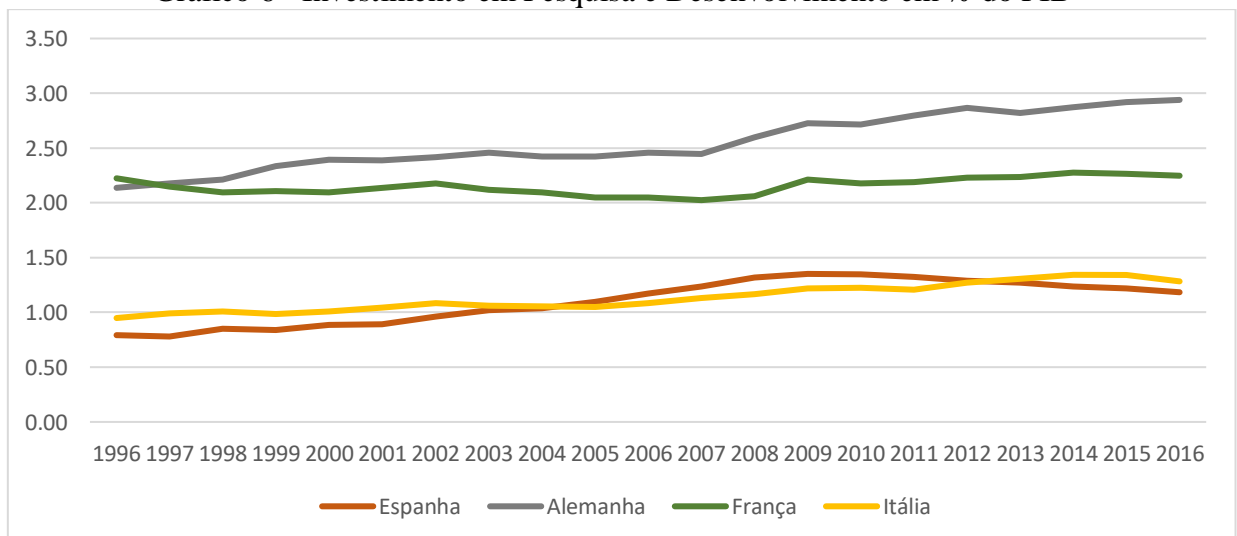
Gráfico 5 - Evolução da produtividade total dos fatores (PTF). 1995-2017. 1995=100



Fonte: The Conference Board citado por Esenciales Fundación BBVA – Ivie

Uma explicação para a baixa produtividade da Espanha seria o investimento em setores que tem baixo valor adicionado. Uma maneira de aumentar a produtividade seria um esforço por parte do Estado e dos agentes econômicos em investir em variáveis como P&D, educação e nos setores que produzem bens de valor agregado. O investimento em P&D na Espanha é em média 56% menor que na Alemanha, sendo em torno de 1,1 % do PIB em relação aos 2,55 % da Alemanha.

Gráfico 6 - Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em % do PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial

Em geral a Espanha aproveitou prontamente os benefícios de se fazer parte do euro e conseguiu obter bons resultados economicamente e socialmente ao longo desse período. Porém esse clima de euforia fez com que se subestimasse os desequilíbrios que estavam se acentuando.

4.2 IMPACTO DA CRISE E CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA ESPANHOLA (2008 – 2017)

Os ganhos que a Espanha colheu durante a fase de expansão de sua economia, ela perdeu durante a crise europeia devido a magnitude de como ela foi atingida. Os elementos que de alguma forma ajudaram ela a ser mais vulnerável na crise e na sua posterior recuperação podem ser classificados como: a nível internacional a retração dos mercados financeiros, a nível europeu a sua adesão a UME e a nível nacional os vícios existentes na sua matriz produtiva devido aos desequilíbrios acumulados durante os períodos anteriores.

A nível internacional a crise hipotecária afetou a Espanha pela contração dos mercados financeiros. Ela começou a se manifestar no verão europeu de 2007, primeiramente nos Estados Unidos devido à crise das hipotecas subprime, os títulos podres, depois pela Europa e pelo mundo. Guttman e Plihon (2008) argumentam que essa crise foi uma crise essencialmente de confiança: como o sistema capitalista atual é extremamente financeirizado, uma quebra de confiança no ciclo pode desencadear graves consequências, pois a partir do momento que os mercados desconfiam que os agentes econômicos possam não honrar com os empréstimos tomados, eles contraem suas atividades. A conjuntura internacional havia mudado, a boa fase econômica que a Espanha e a UME viviam daria lugar a um cenário de retração das economias e dos mercados.

A participação da Espanha na UME no período de quase uma década provocou melhorias econômicas e sociais consideráveis na sociedade espanhola, porém com a crise de 2007 e principalmente com seu desdobramento a nível europeu, a crise das dívidas soberanas europeias, a situação mudou. Sendo parte da UME a Espanha delegou a sua capacidade de fazer política monetária ao BCE, que agora conduz a mesma em benefício do bloco, a perda de soberania fez com que ela não mais dispusesse de um poderoso instrumento para corrigir possíveis choques assimétricos que é o ajuste do câmbio.

Pela TAMO a participação em uma união monetária implica em certas desvantagens, com o período de crise a Espanha experimentou tais custos. A impossibilidade de desvalorizar o câmbio para ganhar competitividade, ainda que de forma provisória, é um potente mecanismo

de ajuste, pois pode ajudar a recuperar as contas externas. Enquanto o período de crise estava acontecendo a Espanha não podia ajustar seu câmbio a fim de ganhar competitividade exterior, e assim trazer mais divisas para dentro de sua economia o que ajudaria a mitigar os efeitos ruins da crise. Em relação a essa questão ela não poderia fazer nada, dado as características da zona do euro.

As taxas de juros mais baixas que a Espanha experimentou em 1999-2007 estimulou o investimento e o consumo no país, e até de certa forma ajudou a manter o diferencial inflacionário no país. Durante 2008-2009 a política do BCE foi expansiva visando injetar dinheiro nos países e estimular a economia pelo aumento da demanda agregada. Com o nível de endividamento dos governos aumentando de forma acelerada e com a perspectiva de um possível não cumprimento das obrigações dos governos (diante do pedido de resgate da Grécia), nos anos de 2010-2012 a Europa muda radicalmente a sua política monetária. Nesse período, a política monetária passa a ser contracionista, para tentar levar as finanças a um nível sustentável e reconquistar a confiança.

Uma das medidas foi aumentar a taxa de juros para conter a inflação - a estabilidade de preços é objetivo central do BCE – esse aumento da taxa de juros afeta as economias de maneiras diferentes dependendo do ciclo econômico do país, algo que a TAMO já descrevia em seus estudos. Se uma economia está desacelerando ou em recessão, que era o caso espanhol, isso irá retrair o consumo, o investimento e o orçamento governamental, dado que a arrecadação de impostos diminui. O aumento na taxa de juros também encarece o financiamento de dívidas governamentais, hipotecas e investimentos produtivos.

Por outro lado, esse aumento da taxa de juros beneficia países com elevado nível de poupança nacional e que se encontram em fase de expansão econômica, caso da Alemanha, pois agora os mesmos têm mercado para investir. Um ponto a se discutir é que o ciclo econômico dos países do norte possa ser diferente dos países do sul, já que as medidas de austeridade tiveram um impacto muito mais agressivo no Mediterrâneo.

O período de 2008 – 2012 foi o auge da crise na Espanha, dada a profunda crise sobre os setores produtivos da economia espanhola, era necessário que houvesse reformas. O governo espanhol promoveu um grande número de medidas para tentar conter a crise. As mais importantes em termos macroeconômicos foram: a reforma trabalhista promovida em 2012, ações para corrigir o desequilíbrio fiscal e o resgate financeiro europeu ao bancário espanhol, que foi completamente reformulado. No âmbito da UME foram criados mecanismos para a identificação e prevenção de possíveis perturbações que possam afetar a estabilidade sistema financeiro e dos governos. A UME instituiu o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEDE)

que é um fundo econômico destinado a ajudar os Estados da zona do Euro que estiverem com problemas de dívida soberana. Há ainda outros fundos, como Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF) e Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (FEEF) (ESPAÑA, 2019).

A Espanha saiu da crise com um padrão de crescimento mais sustentável e ao longo desta década a economia vem se recuperando, mostrando uma capacidade de reação por parte da sociedade espanhola. Segundo Escrivá (2019), dentre os problemas corrigidos podemos citar: a correção do desequilíbrio exterior; uma estrutura produtiva mais focalizada no setor de bens comercializáveis e uma redução do peso da construção civil na economia; e uma aparente convergência nos preços e salários com os demais países membros da UME.

Quanto a discussão se a adoção do regime de moeda única influenciou a crise espanhola, em parte a adoção foi desfavorável, isso pela incapacidade do governo em ter todos os instrumentos possíveis para a contenção dos choques que ela sofreu.

Apesar da moeda ter sido prejudicial para uma eventual saída da crise ou mesmo possibilitar uma recuperação mais rápida, ela não foi o fator determinante do longo processo de crise e posterior recuperação econômica.

Diversos autores como Arce, González e San Juan (2019 (2019), Escrivá (2019), Malo de Molina (2013) afirmam que foram os vícios da matriz produtiva espanhola²⁶, ocasionado pelos contínuos desequilíbrios macroeconômicos acumulados durante a fase de expansão da economia, o principal determinante da demorada recuperação da economia espanhola.

4.3 UMA ANÁLISE DOS INDICADORES MACROECONÔMICOS (1996-2017)

Nesta seção serão expostas outras variáveis que medem a atividade da economia espanhola durante o período de 1996-2017 para expor o progresso, declínio e recuperação econômica sendo elas: PIB (PPC), renda per capita, a taxa de desemprego, Investimento Externo Direto (IED) e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Cabe lembrar que o crescimento já vinha ocorrendo nos anos anteriores à adesão ao bloco, porém agora ele aconteceria com uma maior intensidade.

O período de aquecimento da economia espanhola se traduziu em criação de empregos. A taxa de desemprego na Espanha, que sempre foi elevada, agora estava caindo. O Gráfico 7 mostra o nível de desemprego que se tinha no ano de entrada na UME e como ele foi

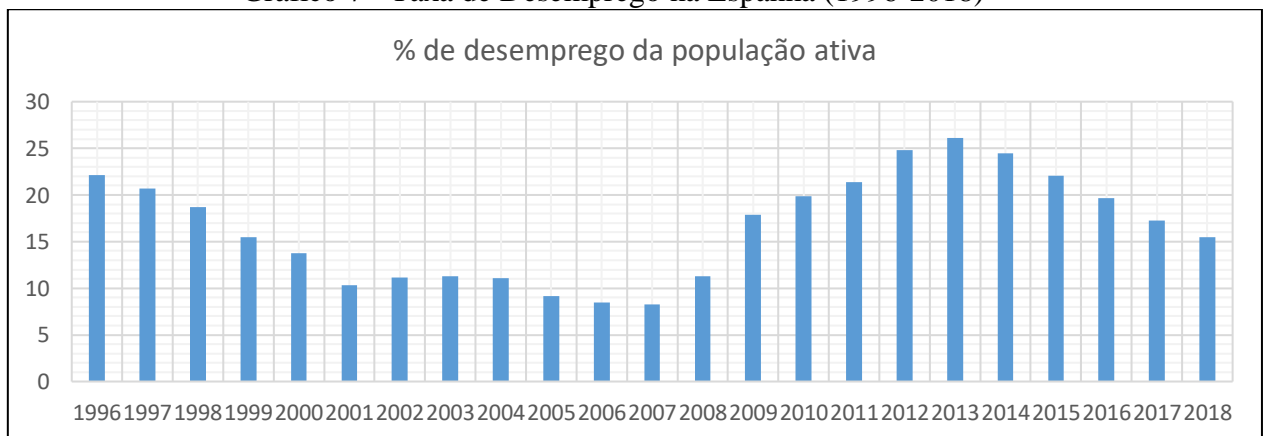
²⁶ Ruesga (2013) em seu artigo chama esse padrão de “*un modelo productivo insostenible*”.

gradativamente caindo ao longo dos anos. Durante o período de expansão o nível de desemprego chegou a taxa de 8%, um índice baixo para padrões espanhóis, embora ele sempre tenha se mantido elevado em comparação com outros países desenvolvidos da UME. Segundo dados do INE (2008) na época a Espanha absorvia mais da metade dos empregos criados em toda o bloco, era em média 2 milhões de empregos ao ano.

Em grande parte, os empregos que foram criados nesse estágio foram na área de serviços e no setor de construção civil. As obras de infraestrutura e de aprimoramento do setor turístico consumiram grande parte do investimento que se teve no período. Cabe notar que durante o período 99-07 a população da Espanha aumentou, devido à imigração (principalmente proveniente da América Latina) e a um aumento da expectativa de vida (MEDINA; HERRARTE; VICENS, 2010). A maior parte da absorção da força de trabalho estrangeira foi também nestes mesmos setores, dado que estes por sua vez são mais propensos a absorver mão de obra menos qualificada, devido à natureza do emprego, e logo provem as menores remunerações.

Apesar de se ter criado milhões de empregos no período de expansão, estes não foram criados em sua maioria nos setores mais produtivos da economia, os setores que produzem bens com maior valor agregado. Tais empregos que exigem baixa qualificação profissional foram os mais afetados pela crise de 2007, justamente os postos de trabalho que mais foram criados durante a fase anterior. Por fim percebe-se pelo Gráfico 7 que o nível de emprego após a crise de 2008 nunca voltou aos patamares desse período.

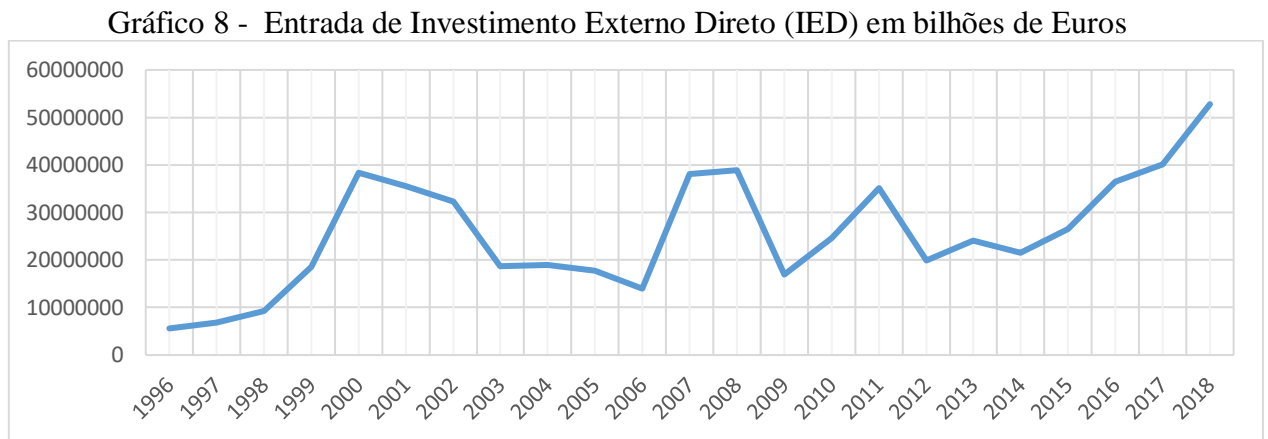
Gráfico 7 - Taxa de Desemprego na Espanha (1996-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial e INE

Pela ótica do IED, a entrada da Espanha na UME foi benéfica para a economia, visto que a entrada de dinheiro estrangeiro cresceu constantemente. A Espanha atraiu grandes quantidades de IED ao longo desse período. Houve uma entrada substancial de euros, conforme

a mudança na inclinação da reta demonstra nitidamente no Gráfico 8. Apesar do comportamento irregular ao longo do tempo, a participação na UME trouxe grandes somas de IED, que provavelmente ela não atrairia se não fosse membro do bloco. Em 1998, o montante de entrada de IED na Espanha não chegava a 10 bilhões de euros; em 2018 esse montante era de 52 bilhões de euros.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial e Banco de Espanha

O setor de bens não comercializáveis (serviços e construção civil) foi o setor que teve a maior preponderância durante esse período, porém o setor de bens comercializáveis também atraiu investimentos para uma melhoria e ampliação da produção. O Gráfico 9 mostra a taxa de investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em percentual do PIB por ano. Ao longo dos anos de expansão a taxa de FBCF da Espanha foi sempre maior do que da UME-3.

Além do persistente diferencial entre se teve entre a Espanha e a UME-3, esse índice é impactante porque durante os anos de 2005, 2006, 2007 a taxa de investimento em FBCF chegava na casa de 30% do PIB, o que denota o massivo investimento que ocorreu no setor produtivo da economia. Ao se verificar os dados de FBCF dos países ao longo do tempo, a taxa normalmente fica em torno de 20% tirando anos atípicos de expansão ou recessão, no quais ocorre um aumento ou decréscimo nesta taxa. Isso faz com que o contínuo e elevado investimento que se teve em FBCF seja algo positivo. Devido aos investimentos em FBCF, muitas empresas conseguiram se tornar competitivas e referências nos seus segmentos.

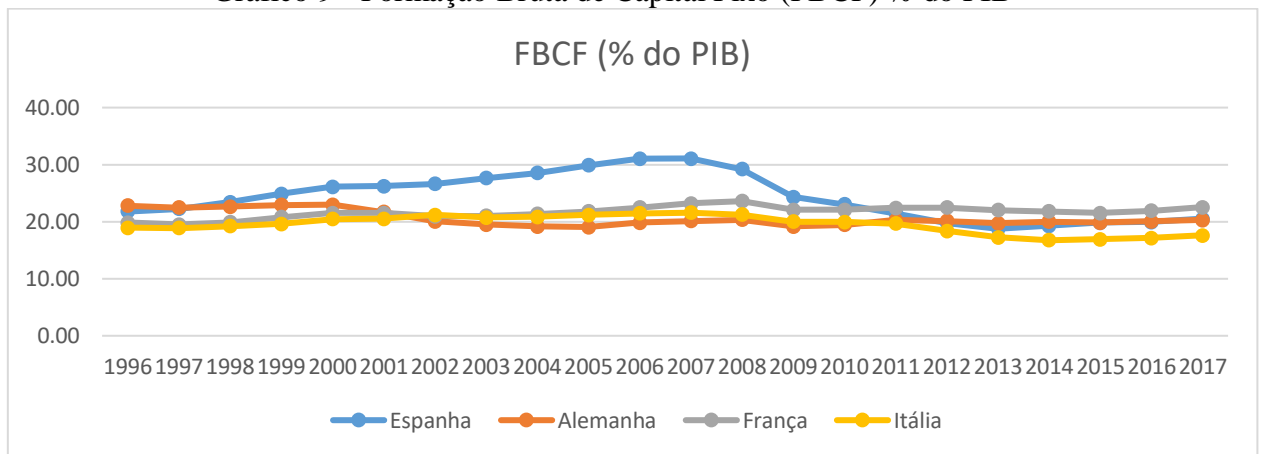
Atualmente, a Espanha tem setores de ponta em alta tecnologia, tais como os setores ferroviário, armamentista e médico hospitalar (FINANCIAL TIMES, 2018).

A crise e a retração dos mercados fizeram com que esse índice voltasse ao nível de Alemanha, França e Itália durante o período de 2008-2018, porém mesmo assim tal nível ainda é considerado bom.

Em suma, a literatura consultada tende a concordar que os investimentos em setores produtivos foram realizados na economia espanhola durante o período de 1999-2017. O que se coloca em questão é que esse investimento deveria ter sido mais diversificado entre os setores da economia, ou que ao menos o peso da construção e serviços na composição do PIB não fosse tão forte. Se a construção civil tem um peso tão forte na composição do PIB, um choque assimétrico que atinja esse setor terá uma forte repercussão no agregado geral.

De acordo com o relatório semestral da Comissão Europeia (2019), o investimento na construção civil correspondia a dois terços do investimento em FBCF antes da crise. No ano de 2018 esse percentual é de 11%, uma queda significativa.

Gráfico 9 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) % do PIB



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial

Nesta seção após análise dos indicadores macroeconômicos estudados, nota-se que a estabilidade propiciada pela adesão ao euro trouxe uma melhora de praticamente todos as variáveis, porém mesmo com as melhorias que realmente aconteceram, a crise da dívida soberana europeia fez com que quase todos os mesmos índices piorassem.

O período de posterior recuperação de tais índices foi a custo de reformas econômicas, fazendo com que tais índices voltassem a bons patamares, contudo o custo mais sensível é o emprego.

O mesmo relatório da Comissão Europeia (2019) cita como a Espanha através dos anos vem conseguindo impor reformas e medidas que ajudaram na recuperação da economia espanhola, mas ainda conta com alguns desequilíbrios que precisam ser ajustados como o: déficit público e o desemprego. O elevado, mas por hora sob controle, déficit público de 96,7% do PIB segue sendo um fator de vulnerabilidade externa, assim como o desemprego, que mesmo com tendência de baixa, permanece alto.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a Espanha entrou na UME em uma situação de mudança em seu regime macroeconômico para sua adequação aos critérios impostos por Bruxelas. Foram feitas reformas na economia espanhola, e sua posição no início da UME era favorável. Ela conseguiu aproveitar essa boa posição e promover bons resultados econômicos.

A adoção do euro teve um papel importante em ambas as fases analisadas, pois agora ele é quem determina as regras de política econômica.

O regime de moeda única influenciou diretamente o crescimento econômico espanhol naquela altura, os ganhos que a TAMO previa foram sentidos; os menores custos de transação, os massivos investimentos que a economia obteve, a maior credibilidade devido a estabilização econômica. Sem pertencer a UME talvez a Espanha não tivesse feito as reformas que fez. Sem pertencer a UME a taxa de juros poderia não ter chegado aos baixos níveis que chegou, e como consequência a economia não atrairia tantos investimentos. O euro havia mudado a inclinação da reta de crescimento economia espanhola.

A situação mundial e espanhola muda com a chegada da crise de 2007, agora a situação se tornaria bem adversa.

Por outro lado, o regime de moeda única também influenciou o período de crise que ocorreu na Espanha. A incapacidade de fazer política monetária durante tal período foi um prejuízo para o país. A não caracterização da UME como uma AMO ajudou no demorado ajuste que se teve no bloco, pois a ideia da TAMO de “um desequilíbrio ser corrigido por outro desequilíbrio” não ocorreu, e com a Espanha não foi diferente.

Apesar de no início do período de crise (2007-2012) o bloco ter feito uma política expansiva, quando chega no ponto da crise de dívidas soberanas, a política monetária muda e se torna mais austera. Países, principalmente do norte, que tinham uma economia mais sustentável, conseguiram responder mais rápido aos choques assimétricos e não sofreram tão profusamente com a crise, mesmo estando na mesma situação da Espanha, da incapacidade de fazer política monetária.

O que nos leva a tentar entender, o porquê de a crise ter sido mais forte nas economias do Mediterrâneo. Culpar a moeda pela profunda crise talvez seja o caminho mais fácil em uma análise.

O regime de moeda única prevê que as economias participantes tenha “bom comportamento” econômico, que invistam de maneira sábia os seus recursos, que preencham certos requisitos para que possa usufruir das benesses da adesão ao bloco.

A Espanha durante a fase de expansão, teve uma melhora significativa da economia, porém ela foi acumulando certos desequilíbrios, como o forte endividamento das famílias e empresas, o contínuo déficit da balança de pagamentos, o *boom* imobiliário, o contínuo diferencial de inflação, tais desequilíbrios foram expostos quando a situação internacional mudou. Possivelmente se o país tivesse colocado em prática medidas para tentar corrigir esses vícios durante a fase de pujança econômica, na fase de recessão talvez os efeitos teriam sido menores.

As reformas feitas após o pior momento da crise na Espanha ajudaram a melhorar a base da economia, mas certas questões da economia ainda têm falhas – desemprego, P&D, ...- que podem comprometer a saúde da economia no futuro, a constante observância de tais problemas e medidas para saná-los são primordiais para a correção dos mesmos.

5 CONCLUSÃO

A Europa conseguiu levar adiante um processo de integração que notoriamente teve uma forte conotação política. Para isso, foram décadas de debates sobre como proceder tal integração da melhor forma possível e, nesse contexto, as teorias de integração desempenharam um papel de consulta sobre quais os caminhos possíveis para atingir tal objetivo. Da mesma forma, observando a integração europeia, as teorias de integração também foram sendo reformuladas para um aprimoramento, às vezes correção, de seus pressupostos.

Ademais, a Espanha aproveitou rapidamente as benesses de fazer parte de um regime de moeda única, tanto pelas reformas internas - ainda que incompletas - que colocou em prática para a sua adequação às exigências de Bruxelas, como pelo cenário internacional favorável que o início do século XXI trazia de maneira geral e, principalmente, apenas por pertencer à União Monetária Europeia, visto que simultaneamente trouxe uma gama de benefícios a níveis micro e macroeconômico já presumidos pelas TAMO.

De forma similar, a Espanha também sofreu com os prejuízos de fazer parte de um regime de moeda única, já que resultou na perda do poder de regulação da taxa de juros, do câmbio como instrumento de ajuste de acordo com seu estrito interesse, bem como na perda da possibilidade de emitir dívida em uma moeda que ela tenha controle.

Outrossim, de uma maneira ou outra, todos os países do bloco foram afetados também pela crise americana e pela europeia, sendo que alguns como Alemanha, Holanda e França, após um período de ajuste natural que uma recessão traz, conseguiram sair sem grandes traumas. Todavia, a Espanha não conseguiu os mesmos resultados, o período de crise foi intenso e duro com as famílias e empresas. Isso porque, como já abordado, os vícios da matriz produtiva como o boom imobiliário, o excesso de peso do setor de bens não comercializáveis na composição do PIB, o contínuo déficit na Balança de Pagamentos e a baixa produtividade espanhola foram os principais motivos da prolongada crise e recuperação econômica.

As reformas feitas pelo governo sob a estrita supervisão das autoridades europeias ajudaram a corrigir alguns dos desequilíbrios a nível econômico através de um ajuste forçado, algo que normalmente faz a população em geral ficar descontente. Por isso, padrões de crescimento equilibrados são mais desejáveis, pode-se crescer menos, contudo as bases econômicas estarão montadas sobre alicerces mais sólidos.

Em síntese, na parte teórica, de modo razoável, a TAMO conseguiu presumir o *trade-off* de ônus e bônus em pertencer a uma união monetária, assim como supor suas dificuldades e tentar através disso criar mecanismos para atenuar esses empecilhos. Segundo Brown (2018)

um dos problemas que a teoria não conseguiu presumir, foi precisamente que o contínuo aumento de déficit dos governos poderia levar a uma crise de confiança e com isso colocar em risco a capacidade de solvência dos países.

Em relação a parte política, que acompanha e às vezes até se confunde com a parte econômica, a Espanha com o passar dos anos teve alguns problemas foram resolvidos e outros que surgiram. A questão fiscal espanhola também é um assunto delicado (autonomia do País Basco e Catalunha) devido a descentralização orçamentária que se tem. A questão política da reiterada tentativa de independência da Catalunha é um problema sério, pois esse tipo de questão extrapola o campo econômico, tendo seus efeitos a nível político, e social. A possibilidade, ainda que remota, de perda dessa Comunidade Autônoma faz com que investimentos, segurança jurídica sejam colocados a prova, além de consumir dinheiro e capital político precioso, pois o tempo que se delega a resolver questões dessa natureza poderia ser empregado em ações de melhorias na sociedade. No tocante a Europa o tumultuado processo de saída do Reino Unido, Brexit, é um problema grave na ideia de *Europa Una* e de integração. Nunca se teve um país saindo da União Europeia, é algo novo, se tem pela frente um terreno não experimentado.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Matilde; FURÍO, Elies B. La economía española. **Open edition**, Lyon, p. 1- 18, 2010.
- ALONSO, Matilde; FURÍO, Elies B. La modernización de la economía española en el siglo XX. **Economía aplicada – grup d’investigació**, Valencia, núm 19, p. 1-23, mar. 2007.
- ARCE, Óscar; GONZÁLEZ, José Mínguez; SAN JUAN, Lucio. Un balance de la recuperación económica. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 906, p. 11-27, jan-fev. 2019.
- BADOSA, Juan P. La adhesión de España a la CEE. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 826, p. 99-106, nov 2005.
- BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. 2. ed. Lisboa: Lce, 1961.
- BANCO CENTRAL EUROPEU. Boletín mensual 10º aniversario del BCE 1998-2008. **Banco central europeo**. Frankfurt am Main, 2008
- BAYOUMI, Tamim; EICHENGREEN, Barry. Shocking aspects of european monetary unification. **National bureau of economics research**. Cambridge. núm 3949, jan. 1992.
- BICHARA, Julimar da S. Espanha: trajetória recente de desenvolvimento. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas - livro 2**. Brasília, p. 183-215, 2009.
- BROWN, Alfonso del R. La teoría de las áreas monetarias óptimas: una actualización a la luz de la experiencia europea. **Economía unam**, Cidade do México, vol. 15, núm. 43, p. 70-85, jan-abr. 2018.
- CARBAUGH, Robert J. **Economía internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- CORDEN, Werner M. Monetary integration, Essays in international finance. **Internacional Finance Section**. Princeton, núm 93, 1972.
- COTÉ, Agathe. Exchange rate volatility and trade: a survey **International section bank of Canada**. Ottawa, núm 94-5, 1994.
- DE GRAUWE, Paul; JI. Yuemei. Flexibility versus stability: A difficult trade-off in the eurozone. **Centre of economic policy research**. Bruxelas, núm 422, abr. 2016.
- DE GUINDOS, Luis J. La política económica española en la zona euro. La importancia de las reformas económicas. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 826, p. 115-123, nov. 2005.
- EICHENGREEN, Barry. Is Europe an Optimum Currency Area? **National bureau of economics research**. Cambridge. núm 3579, jan. 1991.

ESCRIVÁ, José Luís B. El legado fiscal de la crisis: reformar las políticas públicas para reducir la deuda y la desigualdad. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 906, p. 29-44, jan-fev. 2019.

ESPAÑA. Ministerio da Economía y Empresa. **Estructura y competencias**. Madrid, 2019. Disponible em: <http://www.mineco.gob.es/portal/site/mineco/menuitem.c4c89bb7919bf31a91b0240e026041a0/?vgnextoid=6181154527515310VgnVCM1000001d04140aRCRD>. Acesso em: 17 mai. 2019.

ESTRADA, Ángel; JIMENO, Juan F; MALO DE MOLINA, José Luís. La economía española en la uem: los diez primeros años. Banco de España. **Documentos Ocasionales**. Madrid, núm 901, 2009.

FELDSTEIN, Martin. The political economy of the european economic and monetary union: political sources of an economic liability. **National bureau of economics research**. Cambridge. núm 6150, aug. 1997

FONTAINE, Pascal. Compreender as políticas da União Europeia: A Europa em 12 lições. **Comissão Europeia**. Bruxelas. 2014

FRANKEL, Jeffrey A; ROSE, Andrew K. The endogeneity of the optimum currency area criteria. **The economic journal**. Oxford. núm 108, p. 1009–1025, 1998.

FUENTES, Enrique Q. De los pactos de la Moncloa a la entrada en la comunidad económica europea (1977-1986). **Revista de Información Comercial Española (ICE)**, Madrid, núm 826, p. 39-71, nov. 2005.

FUNDACIÓN BBVA - Ivie. Productividad de la economía española en el contexto internacional. **Esenciales**. Madrid, núm 33, 2019.

GRAF, Julia. Movilidad laboral en la Unión Europea: factores determinantes. **Trabajo final de máster**. Barcelona, 2015.

HURTADO-BRICEÑO, Alberto. Análisis del origen de la teoría de las áreas monetarias óptimas. **Strategos**. Mérida, núm 15, p.5-11. 2015.

INGRAM, James C. The case for european monetary integration. **Essays in international finance**. Princeton, núm 98, 1973.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). Inventario de operaciones estadísticas de la administración general del estado. **Anuario estadístico de España de 2008**. Madrid. 2008

IRANZO, Juan E. Economía y trabajo: la gran transformación de la sociedad española. **Revista española de investigaciones sociológicas**. Madrid. núm 100, p. 231-253, 2002.

ISHIYAMA, Yoshihide. The theory of optimum currency áreas: a survey **International monetary fund**. New York. v.22, núm 2, jul. 1975.

KENEN, Peter B. Theory of optimum currency areas: an eclectic view. In: MUNDELL, R. A., SWOBODA, A. K. (eds.). **Monetary problems of the international economy**. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1969.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economía Internacional**. 8. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010.

MALUQUER, Jordi de M. **España en la economía mundial. Series largas para la economía española (1850-2015)**. Madrid: Instituto de estudios económicos, 2015.

McKINNON, Ronald. Optimum currency areas. **American economic review**, n. 53, p. 717-724, set, 1963.

MEDINA, Eva; HERRARTE, Aionha; VICENS, José. Inmigración y desempleo en España: Impacto de la crisis económica. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 854, p. 37-48, jun. 2010.

MONGELLI, Francesco P. European economic and monetary integration and the optimum currency area theory. **European commission**. núm 302, fev. 2008.

MUNDELL, Robert. A theory of optimal currency. **American economic review**, v. 51, n. 4, p. 657- 665, set, 1961.

MUNDELL, Robert. "Uncommon arguments for common currencies" in Johnson, H. G. y A. K. Swoboda (Eds.): **The economics of common currencies**. (pp. 114-132). Allen and Unwin. 1973.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomía**. 7. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2010.

REQUEIJO, Jaime G. Lo que fuimos y lo que somos. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 676-677, p.5-18, jan. 1990.

ROGOFF, Kenneth. *The optimal degree of commitment to an intermediate monetary target*. *Quartely Journal of economics*, núm 100, p. 1169-1989, nov. 1985.

RUESGA, Santos Miguel B. Para entender la crisis económica en España. El círculo vicioso de la moneda única y la carencia de un modelo productivo eficiente. **Economía unam**, España, v.10, n. 28, p. 70-94. 2013.

SARDÁ Juan. El Banco de España, 1931-1962. **El banco de España. Una historia económica**. Madrid. Banco de España, 1970.

SEQUEIROS, Julio Gaspar T; SÁNCHEZ, José Manuel S; CASTELLANOS, Pablo G. La creación de un área monetaria óptima en la zona euro: diferenciales de inflación y desequilibrios públicos. **Revista de economía mundial**. Madrid, núm 30, p. 25-37, 2012.

SOKOLSKA, Ina. **La evolución hacia el acta Única Europea**. [S.l.]: Parlamento Europeo, out. 2018. Disponible em: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/es/sheet/2/la-evolucion-hacia-el-acta-unica-europea>. Acceso em: 29/03/2019.

TAMAMES, Ramón G. La autarquía española y las rémoras para el crecimiento económico posterior. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 826, p. 13-24, nov 2005.

TAVLAS, GEORGE S. The theory of monetary integration. **Open economies review**. Londres. v. 5, núm 2, p. 211-230. 1994.

TAVLAS, GEORGE S. The ‘new’ theory of optimum currency areas”, **The world economy**, Londres. P. 663-685. 1993.

TORÍBIO, Juan D. Áreas monetarias óptimas y la experiencia europea: algunas reflexiones. **Revista de información comercial española (ICE)**, Madrid, núm 863, p. 13-19, nov-diez 2011.

TRATADO CONSTITUTIVO de la comunidad europea. Roma, 25 marzo 1957. Disponible em: <http://www.pnsd.mscbs.gob.es/pnsd/legislacion/pdfestatal/i12.pdf>. Acceso em: 28 mar. 2019.

TRATADO de La Union Europea. Diario Oficial de las Comunidades Europeas, Maastricht, v. 35, C191, 29 julio 1992 Disponible em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=OJ:C:1992:191:FULL&from=PT>. Acceso em 31/03/ 2019.

VELARDE, Juan V. Evolución de la economía española en el siglo xx. **Estudios económicos de desarrollo internacional**. Madrid. Núm 1, 2001.